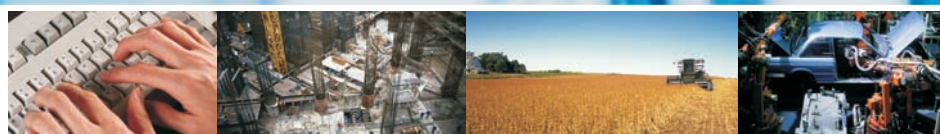




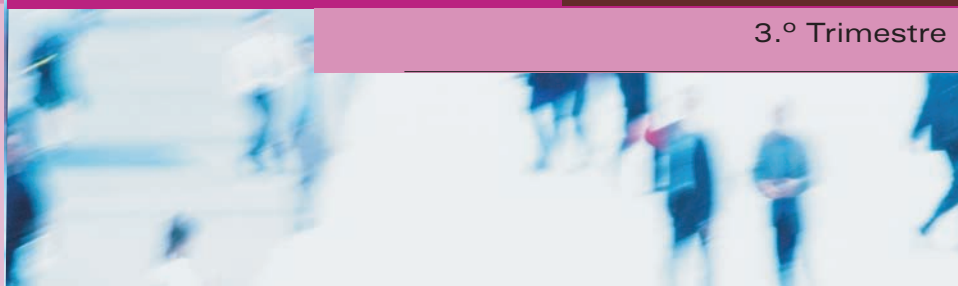
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Estatísticas do Emprego

2011

3.º Trimestre



Edição 2011



Estatísticas
oficiais



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Estatísticas do Emprego

2011

3.º Trimestre

Edição 2011

FICHA TÉCNICA

Em Abril de 1996 o Fundo Monetário Internacional (FMI) criou o 'Special Data Dissemination Standard' (SDDS) visando reforçar a transparência, integridade, actualidade e qualidade da informação estatística. No âmbito do SDDS é disponibilizada informação sobre: dados macroeconómicos, política de divulgação ao público, política de revisões e metodologias subjacentes à preparação da informação estatística.

Portugal aderiu ao SDDS em Outubro de 1998, podendo ser consultada a informação referente ao nosso país no 'Dissemination Standard Bulletin Board' do FMI, acessível na Internet – <http://dsbb.imf.org>

Em articulação com o calendário de divulgação estabelecido no SDDS, igualmente disponível no referido endereço da Internet, o Instituto Nacional de Estatística publica, em primeira mão, na Internet - www.ine.pt as relevantes estatísticas sobre Contas Nacionais Trimestrais, Índice de Produção Industrial, Inquérito ao Emprego, Índice de Custo do Trabalho, Índice de Preços no Consumidor, Índice de Preços na Produção Industrial, Comércio Internacional e Estimativas da População Residente.

A informação estatística abrangida pelo SDDS relativa a Portugal é compilada pelo Ministério das Finanças, pelo Instituto Nacional de Estatística, pela Bolsa de Valores de Lisboa e pelo Banco de Portugal.

Título

Estatísticas do Emprego 2011

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 0872-7570

Depósito Legal nº 77257/94

Periodicidade Trimestral

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



Apoio | ao cliente

808 201 808

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2011*

* A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

ESTATÍSTICAS DO EMPREGO – 3º TRIMESTRE DE 2011

ÍNDICE

Resumo – <i>Abstract</i>	2
Nota introdutória.....	3
Sinais convencionais, símbolos, siglas, abreviaturas e esclarecimentos aos utilizadores	4
1. Análise dos resultados	5
1.1. População ativa	5
1.2. População empregada.....	5
1.3. População desempregada	6
1.4. População inativa.....	7
1.5. Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho.....	8
1.6. Regiões NUTS II	9
2. Quadros de resultados	11
3. Notas metodológicas.....	26
4. Conceitos	29
5. Outra informação disponível.....	32
6. Tema em análise: Conciliação da vida profissional com a vida familiar – Módulo <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego de 2010	34
7. Lista dos “Tema em análise” já publicados nas <i>Estatísticas do Emprego</i>	51

RESUMO – ABSTRACT

De acordo com os resultados do Inquérito ao Emprego relativos ao 3º trimestre de 2011, a população ativa em Portugal diminuiu 0,4% face ao trimestre anterior (o que corresponde a 24,6 mil indivíduos). Para esta evolução são de destacar os seguintes resultados: a diminuição no número de ativos do sexo feminino (33,5 mil), com 25 e mais anos (57,5 mil) e com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico (74,8 mil). A taxa de atividade da população em idade ativa (15 e mais anos) foi de 61,3%.

A população empregada diminuiu 0,8% (39,3 mil indivíduos) face ao trimestre anterior. Para a evolução referida contribuíram essencialmente os seguintes resultados: a diminuição no número de empregados do sexo feminino (42,4 mil), dos 25 e mais anos (49,4 mil), que completaram, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico (60,2 mil), a trabalhar nos setores primário e secundário (32,4 mil), por conta de outrem (24,4 mil) e a tempo completo (45,4 mil). A taxa de emprego da população em idade ativa (15 e mais anos) fixou-se nos 53,7%.

O número de desempregados foi estimado em 689,6 milhares de indivíduos. A população desempregada aumentou 2,2% (14,6 mil indivíduos) face ao trimestre anterior. Para o acréscimo do desemprego contribuíram essencialmente os seguintes resultados: o aumento no número de mulheres desempregadas (8,9 mil), dos 15 aos 24 anos (22,8 mil), com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário e pós-secundário (15,7 mil) e superior (13,7 mil), à procura de primeiro emprego (8,9 mil) e à procura de novo emprego (5,7 mil) cujo ramo da última atividade pertencia ao setor dos serviços (17,5 mil), e à procura de emprego há menos de um ano (30,6 mil). A taxa de desemprego foi de 12,4%, tendo aumentado 0,3 pontos percentuais face ao trimestre anterior.

A população inativa com 15 e mais anos aumentou 0,9% (30,7 mil indivíduos) face ao trimestre anterior. A taxa de inatividade (15 e mais anos) foi de 38,7%.

According to the Labour Force Survey results for the 3rd quarter of 2011, the labour force in Portugal decreased by 0.4% when compared with the previous quarter (corresponding to 24.6 thousand individuals). For this decrease, the following results should be highlighted: the decrease in the number of active women (33.5 thousand), aged 25 and over (57.5 thousand), and who completed the first and second stages of basic education (74.8 thousand). The working age participation rate (15 years old and over) was 61.3%.

The number of employed people decreased by 0.8% (39.3 thousand individuals) when compared with the previous quarter. Concerning this decrease, the following results should be highlighted: the decrease in the number of women employed (42.4 thousand), from 25 years old and over (49.4 thousand), who completed the first and second stages of basic education (60.2 thousand), who were working in the primary and secondary sectors (32.4 thousand), as employees (24.4 thousand), and working full-time (45.4 thousand). The working age employment rate (15 years old and over) was 53.7%.

In the 3rd quarter of 2011, there were 689.6 thousand individuals unemployed. The number of unemployed individuals increased by 2.2% (14.6 thousand individuals) when compared with the previous quarter. The following results contributed most for that change: the increase in the number of unemployed women (8.9 thousand), from 15 to 24 years old (22.8 thousand), who completed the (upper) secondary and post-secondary non-tertiary level of education (15.7 thousand) and the tertiary level of education (13.7 thousand), who were searching for a first job (8.9 thousand) and for a new job (5.7 thousand), coming from the services sector (17.5 thousand), and searching for a job for less than one year (30.6 thousand). The unemployment rate was 12.4%, up 0.3 percentage points from the one recorded in the previous quarter.

The inactive population of 15 years old and over increased by 0.9% (30.7 thousand individuals) when compared with the previous quarter. The working age economic inactivity rate was 38.7%.

NOTA INTRODUTÓRIA

Nesta publicação estão reunidas as principais estimativas obtidas a partir do Inquérito ao Emprego realizado durante o 3º trimestre de 2011.

Faz-se notar que o Inquérito ao Emprego é uma operação estatística realizada por amostragem, cujas estimativas têm associadas margens de erro que são apresentadas sob a forma de coeficientes de variação. O INE divulga, juntamente com as estimativas, os coeficientes de variação que lhes estão associados (cf. descrito no capítulo 3. Notas Metodológicas), no sentido de fornecer aos utilizadores indicações sobre o grau de precisão dos resultados divulgados. Por outro lado, sublinha-se também que os valores de baixa expressão quantitativa devem ser objeto de análise cuidada.

O INE expressa os seus agradecimentos a todos quantos permitiram a elaboração da presente publicação, nomeadamente às famílias que responderam ao inquérito. Igualmente se agradecem, antecipadamente, quaisquer críticas e sugestões que permitam melhorar futuras edições.

16 de novembro de 2011

SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS E ABREVIATURAS

Sinais convencionais

Siglas e abreviaturas

o	Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada	CAE-Rev. 3	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3
x	Dado não disponível	CPP-10	Classificação Portuguesa de Profissões, Versão 2010
*	Dado retificado	C.V.	Coeficiente de variação
%	Porcentagem	H	Homens
-	Resultado nulo	HM	Homens e mulheres
		M	Mulheres
		NS/NR	Não sabe / Não responde
		NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
		Nº	Número
		T	Trimestre
		p.p.	Pontos percentuais
		Unid.	Unidade

ESCLARECIMENTOS AOS UTILIZADORES

Notas gerais:

- Por razões de arredondamento, os totais dos quadros do capítulo 2 podem não corresponder à soma das parcelas.
- Os quadros apresentados no capítulo 2 encontram-se disponíveis, em formato Excel e CSV, em: http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes (selecionando Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2011). No 4º trimestre de cada ano, são também disponibilizados quadros contendo informação relativa aos últimos anos.

Unidade Orgânica responsável pela realização desta publicação:

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais – Serviço de Estatísticas do Mercado de Trabalho

1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

1.1. População ativa

(Quadros 2 e 3)

Mulheres, indivíduos com 25 e mais anos e com nível de escolaridade correspondente ao ensino básico foram os que mais contribuíram para o decréscimo trimestral da população ativa no 3º trimestre de 2011

A população ativa em Portugal, no 3º trimestre de 2011, estimada em 5 543,4 mil indivíduos, diminuiu 0,4% face ao trimestre anterior (abrangendo 24,6 mil indivíduos).

No Gráfico 1, apresenta-se a decomposição da variação trimestral da população ativa nas suas várias componentes: população empregada e desempregada, sexo, quatro grupos etários e três níveis de escolaridade completos. A sua leitura¹ permite obter uma perceção imediata da parte que cada componente representa naquela variação, uma vez que a soma dos contributos das componentes de cada um dos grupos populacionais iguala a variação trimestral da população ativa (representada pela barra de cor mais escura). Por exemplo, a população empregada diminuiu 39,3 mil indivíduos e a desempregada aumentou 14,6 mil indivíduos, explicando a diminuição na população ativa de 24,6 mil indivíduos. Destes valores decorre que a taxa de variação trimestral da população ativa (-0,4%) pode ser obtida pela soma dos dois contributos seguintes – a diminuição da população empregada (cujo contributo foi de -0,7 pontos percentuais, p.p.) e o aumento da população desempregada (cujo contributo foi de +0,3 p.p.) – independentemente da taxa de variação trimestral que cada um destes grupos populacionais tenha registado.

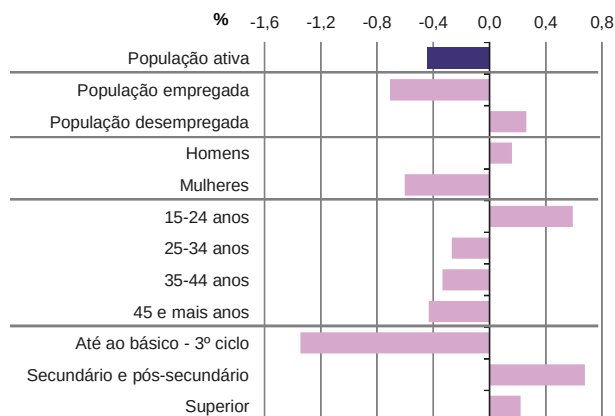
Numa análise por sexo, a redução trimestral da oferta de mão de obra foi explicada exclusivamente pela diminuição do número de mulheres ativas (33,5 mil indivíduos), que mais do que compensou o aumento do número de homens ativos (8,9 mil).

Por grupo etário, verifica-se um acréscimo da população ativa dos 15 aos 24 anos (32,9 mil indivíduos) e uma diminuição da população ativa nos restantes grupos etários: dos 25 aos 34 anos (14,9 mil), dos 35 aos 44 anos (18,6 mil) e dos 45 e mais anos (24,0 mil).

O número de ativos com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico diminuiu 2,2% (74,8 mil indivíduos). Por seu turno, o número daqueles que possuem uma qualificação correspondente ao ensino secundário e pós-secundário aumentou 3,4% (37,8 mil). O número de ativos com ensino superior aumentou menos, 1,3% (12,4 mil).

¹ Consultar o capítulo 4. Conceitos.

Gráfico 1: Contributos para a taxa de variação trimestral da população ativa no 3º trimestre de 2011



A taxa de atividade da população em idade ativa (15 e mais anos) foi de 61,3%, no 3º trimestre de 2011. Este valor é inferior ao registado no trimestre anterior, em 0,3 p.p..

A taxa de atividade dos homens em idade ativa (68,2%) excedeu a das mulheres (55,0%) em 13,2 p.p.. A taxa de atividade dos jovens (15 a 24 anos), que ascendeu a 40,4%, corresponde a menos de metade das taxas dos dois grupos etários seguintes: 25 a 34 anos e 35 a 44 anos (cujos valores se situaram em 90,5% e 90,3%, respetivamente).

1.2. População empregada

(Quadros 4 a 8)

Mulheres, indivíduos com 25 e mais anos, com nível de escolaridade correspondente ao ensino básico, a trabalhar por conta de outrem e a tempo completo foram os que mais contribuíram para o decréscimo trimestral da população empregada no 3º trimestre de 2011

A população empregada, estimada em 4 853,7 mil indivíduos no 3º trimestre de 2011, registou um decréscimo trimestral de 0,8% (39,3 mil indivíduos). O número de homens empregados aumentou 0,1% (3,1 mil) e o de mulheres diminuiu 1,8% (42,4 mil).

A população empregada por conta de outrem em Portugal era de 3 838,5 mil indivíduos, o que corresponde a 79,1% da população empregada total.

Face ao trimestre anterior, assistiu-se a uma diminuição no número de trabalhadores por conta de outrem de 0,6% (24,4 mil indivíduos). A redução trimestral da população empregada por conta de outrem ocorreu apenas para as

mulheres (1,8%, o que corresponde a 35,3 mil indivíduos). No caso dos homens, assistiu-se a um aumento de 0,6% (11,0 mil).

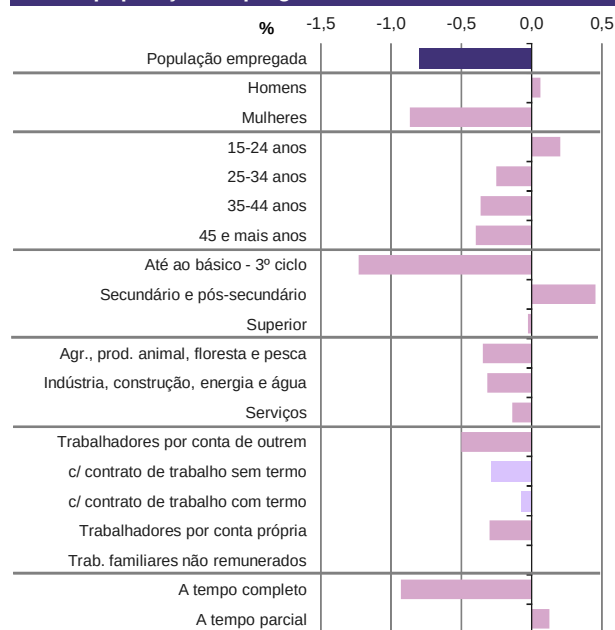
A taxa de emprego (15 e mais anos) situou-se em 53,7%. Este valor foi inferior em 0,5 p.p. ao observado no trimestre anterior. Também a este nível, existe uma discrepância entre as taxas de emprego por sexo: a taxa de emprego dos homens (60,0%), no trimestre em análise, excedeu a das mulheres (47,9%) em 12,1 p.p..

Para a evolução trimestral da população empregada contribuíram essencialmente as seguintes componentes (Gráfico 2):

- População empregada de mulheres, que diminuiu 1,8% (42,4 mil indivíduos). Pelo contrário, o número de homens empregados aumentou ligeiramente (0,1%; 3,1 mil).
- População empregada com 25 e mais anos, que diminuiu 1,1% (49,4 mil indivíduos). Pelo contrário, a população empregada dos 15 aos 24 anos registou um aumento de 3,2% (10,0 mil).
- População empregada com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico, cujo decréscimo foi de 2,0% e abrangeu 60,2 mil indivíduos. A população empregada com nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário e pós-secundário aumentou 2,3% (22,2 mil). A população empregada com ensino superior manteve-se praticamente inalterada.
- População empregada nos três setores de atividade. No setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, a população empregada diminuiu 3,4% (17,0 mil indivíduos). Na indústria, construção, energia e água, diminuiu 1,1% (15,4 mil). Nos serviços, o emprego diminuiu 0,2% (6,8 mil). No sector da indústria, construção, energia e água, a maior parte do decréscimo do emprego foi explicado pelo decréscimo que ocorreu na população empregada na construção, que abrangeu 14,4 mil indivíduos. No sector dos serviços, destaca-se a diminuição da população empregada nas atividades da educação (5,6%; 20,7 mil), dos transportes e armazenagem (5,5%; 10,0 mil) e nas atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (4,1%; 7,4 mil).
- Trabalhadores por conta de outrem (0,6%, abrangendo 24,4 mil indivíduos). O contributo da redução do número de trabalhadores por conta própria foi menor, abrangendo 14,9 mil indivíduos. De entre os trabalhadores por conta de outrem, diminuiu essencialmente o número daqueles que tinham um contrato de trabalho sem termo (0,5%; 13,9 mil).
- Trabalhadores a tempo completo, cujo número diminuiu 1,1% (45,4 mil indivíduos). Pelo contrário, o

número de trabalhadores a tempo parcial aumentou 1,0% (6,2 mil) e apenas no caso dos homens (2,9%; 7,9 mil).

Gráfico 2: Contributos para a taxa de variação trimestral da população empregada no 3º trimestre de 2011



O número de indivíduos a trabalhar involuntariamente abaixo da duração normal de trabalho, que se designa por subemprego visível, ascendeu a 159,6 mil no 3º trimestre de 2011. O nível do subemprego visível diminuiu 8,7% face ao trimestre anterior (15,2 mil) e era composto essencialmente por mulheres (57,1%).

1.3. População desempregada

(Quadros 9 a 13)

No 3º trimestre de 2011, o acréscimo trimestral do desemprego abrangeu principalmente mulheres, indivíduos dos 15 aos 24 anos com nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário, pós-secundário e superior, à procura de primeiro emprego e à procura de emprego há menos de 12 meses

A população desempregada em Portugal, estimada em 689,6 mil indivíduos no 3º trimestre de 2011, verificou um acréscimo trimestral de 2,2% (14,6 mil indivíduos).

A taxa de desemprego foi de 12,4%, traduzindo um acréscimo de 0,3 p.p. face ao trimestre anterior. Este acréscimo resultou da diminuição da população empregada (de 0,8%) e do aumento da população desempregada (de 2,2%), abrangendo 39,3 mil indivíduos, no primeiro caso, e 14,6 mil indivíduos, no segundo.

A taxa de desemprego dos homens (12,0%), no trimestre em análise, foi inferior à das mulheres (12,9%), em 0,9 p.p.. Ambas as taxas de desemprego aumentaram face ao trimestre anterior (0,1 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente).

A taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos) foi de 30,0%, valor superior ao observado no trimestre anterior, em 3,0 p.p.. O número de desempregados jovens representava 20,1% do total de desempregados, percentagem superior à do trimestre anterior (17,1%). O número de desempregados jovens representava 12,1% do total da população jovem, percentagem também superior à do trimestre anterior (10,1%).

A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico foi de 13,2%, no 3º trimestre de 2011, valor superior ao observado para os indivíduos com ensino secundário e pós-secundário (12,9%) e para os indivíduos com nível de ensino superior (9,4%). A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico desceu ligeiramente face ao trimestre anterior (0,1 p.p.). A taxa de desemprego dos indivíduos com nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário e pós-secundário e ao ensino superior aumentou (1,0 p.p. e 1,3 p.p., respetivamente).

O número de desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses – desemprego de longa duração – diminuiu 4,3% face ao trimestre anterior (15,9 mil indivíduos). O número de desempregados à procura de emprego há menos de um ano aumentou 10,1% (30,6 mil).

A taxa de desemprego de longa duração (medida pela razão entre o número de desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses e a população ativa) registou um valor de 6,4%, no 3º trimestre de 2011. A proporção de desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses no total dos desempregados foi estimada em 51,7%.

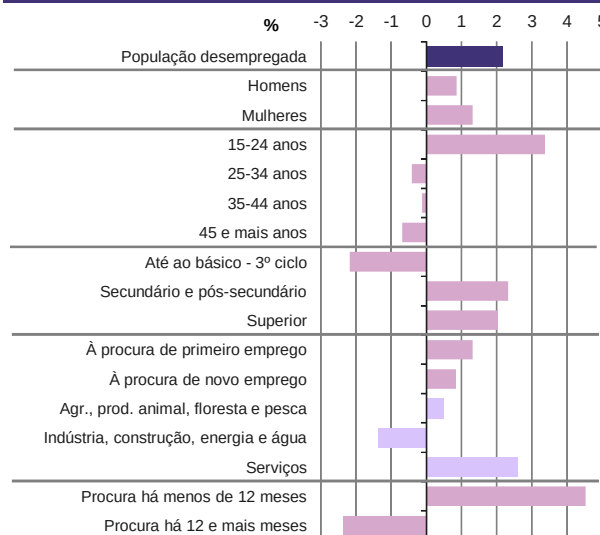
De forma resumida, pode concluir-se que para a variação trimestral da população desempregada contribuíram essencialmente as variações nos seguintes agregados (Gráfico 3):

- Desemprego de mulheres, que aumentou 2,7% (8,9 mil indivíduos) e explicou 61,0% do aumento global do desemprego.
- Desemprego de jovens (15 a 24 anos), cujo aumento se situou em 19,7% (22,8 mil indivíduos). Por seu turno, nos restantes grupos etários o desemprego diminuiu.
- População desempregada com um nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário e pós-secundário (11,9%; 15,7 mil indivíduos) e ao ensino superior (17,0%; 13,7 mil). Por seu turno, o desemprego entre os indivíduos com nível de

escolaridade correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico diminuiu (3,2%; 14,7 mil).

- Desempregados à procura de primeiro emprego, cujo número aumentou 13,3% (8,9 mil indivíduos). O número de desempregados à procura de novo emprego também aumentou (0,9%; 5,7 mil), embora o seu contributo para o aumento global do desemprego tivesse sido menor. O aumento no número de desempregados à procura de novo emprego teve origem essencialmente no setor dos serviços, onde se assistiu a um acréscimo de 5,2% (17,5 mil).
- Desempregados à procura de emprego há menos de 12 meses, cujo número aumentou 10,1% (30,6 mil indivíduos).

Gráfico 3: Contributos para a taxa de variação trimestral da população desempregada no 3º trimestre de 2011



1.4. População inativa

(Quadro 14)

Mulheres e indivíduos com 25 e mais anos foram os grupos populacionais que mais contribuíram para o aumento trimestral da população inativa com 15 e mais anos no 3º trimestre de 2011

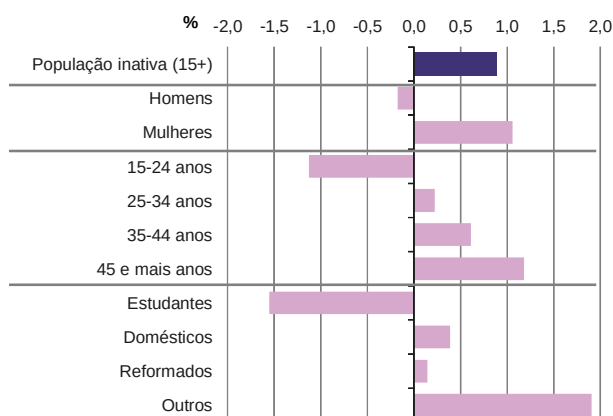
A população inativa em Portugal, no 3º trimestre de 2011, composta por 5 105,3 mil indivíduos, aumentou 0,6% face ao trimestre anterior (30,0 mil indivíduos).

A população inativa com 15 e mais anos, no 3º trimestre de 2011, era composta por 3 496,3 mil indivíduos (68,5% do total de inativos), o que se traduziu numa taxa de inatividade de 38,7%.

Face ao trimestre anterior, a população inativa com 15 e mais anos aumentou 0,9% (30,7 mil indivíduos). O número de homens inativos diminuiu 0,4% (6,0 mil) e o de

mulheres inativas aumentou 1,8% (36,7 mil). A proporção de mulheres na população inativa era de 60,7%.

Gráfico 4: Contributos para a taxa de variação trimestral da população inativa com 15 e mais anos no 3º trimestre de 2011



O número de indivíduos inativos disponíveis para trabalhar era de 193,4 mil, tendo aumentado 30,9% face ao trimestre anterior (45,7 mil indivíduos). O número de inativos disponíveis, no trimestre em análise, representava 5,5% da população inativa com 15 e mais anos e 60,2% eram mulheres.

O número de inativos desencorajados foi estimado em 76,0 mil, tendo aumentado 42,3% face ao trimestre anterior (22,6 mil). No trimestre em análise, o número de inativos desencorajados representava 2,2% da população inativa com 15 e mais anos e 59,5% eram mulheres.

1.5. Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho

Neste capítulo, apresenta-se uma análise dos fluxos de indivíduos com 15 e mais anos, ocorridos entre o 2º e o 3º trimestre de 2011, entre três estados do mercado de trabalho que correspondem às diferentes condições perante o trabalho: emprego, desemprego e inatividade. Estes fluxos são estimados tendo por referência as respostas dos indivíduos entrevistados naqueles dois trimestres, o que corresponde a utilizar 5/6 da amostra do Inquérito ao Emprego comum nos dois trimestres.

Os valores relativos aos fluxos de indivíduos, ocorridos entre dois quaisquer estados, que são apresentados no diagrama e no Quadro A, correspondem às proporções de indivíduos que inicialmente se encontravam em cada estado, no 2º trimestre de 2011, que transitaram para outro estado, no 3º trimestre de 2011. Assim sendo, em cada linha do quadro está representada a distribuição, no 3º trimestre de 2011, dos indivíduos que se encontravam em cada um dos estados no 2º trimestre de 2011.

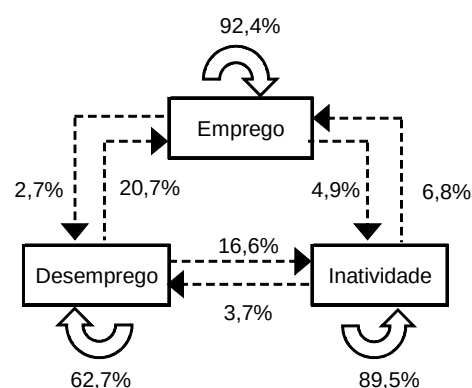
Do 2º trimestre para o 3º trimestre de 2011, 2,7% dos indivíduos que estavam inicialmente empregados

transitaram para o desemprego e 4,9% transitaram para a inatividade, totalizando 7,6% a proporção de empregados que saíram deste estado no 3º trimestre de 2011 (92,4% permaneceram empregados). Do 1º para o 2º trimestre de 2011, a percentagem dos que saíram do emprego também foi de 7,6%.

As saídas do desemprego entre os dois trimestres foram, em termos relativos, mais intensas do que as saídas do emprego. Do total de indivíduos que se encontravam desempregados no 2º trimestre de 2011, 37,3% saíram dessa situação no 3º trimestre de 2011, sendo que 20,7% se tornaram empregados e 16,6% transitaram para a inatividade. A percentagem de indivíduos que transitaram do desemprego para o emprego foi menor do que a observada nos fluxos do 1º para o 2º trimestre de 2011 (tinha sido de 22,1%). Pelo contrário, a percentagem de indivíduos que passaram para uma situação de inatividade foi maior (tinha sido de 14,9%).

Do total de indivíduos com 15 e mais anos que eram considerados inativos no 2º trimestre de 2011, 6,8% transitaram para o emprego e 3,7% transitaram para o desemprego, no 3º trimestre de 2011. A proporção de indivíduos inativos que passaram para o emprego foi menor do que a observada nos fluxos do 1º para o 2º trimestre de 2011 (tinha sido de 7,2%). A proporção de indivíduos que passaram para o desemprego foi maior (tinha sido de 3,4%).

Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % do estado inicial)



Os homens apresentaram, no período em análise, em relação às mulheres, maiores taxas de entrada no emprego (com origem no desemprego ou na inatividade). Por seu turno, as mulheres apresentaram maiores taxas de entrada na inatividade (com origem no emprego ou no desemprego) e no desemprego (com origem no emprego).

Quadro A: Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % do estado inicial)				
3ºt2011	Emprego	Desemprego	Inatividade	Total
2ºt2011				2ºt2011
Total				
Emprego	92,4	2,7	4,9	100
Desemprego	20,7	62,7	16,6	100
Inatividade	6,8	3,7	89,5	100
Total 3ºt2011	54,1	7,4	38,4	100
Homens				
Emprego	93,4	2,5	4,1	100
Desemprego	22,1	65,9	12,0	100
Inatividade	8,8	3,7	87,5	100
Total 3ºt2011	60,3	7,9	31,8	100
Mulheres				
Emprego	91,2	3,0	5,7	100
Desemprego	19,1	59,2	21,7	100
Inatividade	5,5	3,7	90,8	100
Total 3ºt2011	48,4	7,0	44,6	100

No Quadro B apresentam-se os fluxos trimestrais entre os mesmos estados considerados anteriormente, mas em proporção da população em idade ativa (população com 15 e mais anos). A imposição de um denominador comum a todas as transições entre estados permite calcular fluxos líquidos entre estados (entradas menos saídas de cada estado, em percentagem da população em idade ativa).

Do 2º para o 3º trimestre de 2011, os fluxos do emprego para o desemprego representavam 1,49% da população em idade ativa, menos do que aquilo que representavam os fluxos do emprego para a inatividade (2,66%), perfazendo um total de 4,14% de saídas do emprego (em percentagem da população em idade ativa). As entradas no emprego provenientes do desemprego foram estimadas em 1,50% da população em idade ativa e as provenientes da inatividade em 2,61%. Em consequência, entre os dois trimestres assistiu-se a um fluxo líquido negativo do emprego de 0,03%.

A diminuição líquida no emprego foi observada apenas para as mulheres. Este fluxo foi estimado em 0,60% da população em idade ativa para os homens e em -0,60% para as mulheres.

O fluxo líquido do desemprego foi positivo (estimado em 0,20% da população em idade ativa), o que resulta do total de entradas (2,91%) ter sido superior ao total das saídas (2,71%). A importância das entradas no desemprego de indivíduos provenientes do emprego (1,49% da população em idade ativa) foi ligeiramente superior à de indivíduos anteriormente inativos (1,42%). As saídas do desemprego para emprego (1,50%) foram superiores às que tiveram como destino a inatividade (1,21%).

Do 2º para o 3º trimestre de 2011, há ainda a assinalar as seguintes diferenças por sexo nos fluxos líquidos dos estados do emprego, do desemprego e da inatividade: o fluxo do emprego é positivo para os homens e negativo para as mulheres; o fluxo do desemprego é negativo para os homens e positivo para as mulheres; o fluxo da

inatividade é negativo para os homens e positivo para as mulheres.

Quadro B: Fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho (em % da população com 15 e mais anos)				
3ºt2011	Emprego	Desemprego	Inatividade	Fluxos de saída
2ºt2011				
Total				
Emprego	50,16	1,49	2,66	4,14
Desemprego	1,50	4,56	1,21	2,71
Inatividade	2,61	1,42	34,39	4,03
Fluxos de entrada	4,11	2,91	3,86	
Homens				
Emprego	55,94	1,50	2,47	3,97
Desemprego	1,76	5,25	0,95	2,71
Inatividade	2,81	1,19	28,12	4,00
Fluxos de entrada	4,57	2,69	3,42	
Mulheres				
Emprego	44,86	1,48	2,83	4,30
Desemprego	1,27	3,93	1,44	2,71
Inatividade	2,43	1,62	40,14	4,05
Fluxos de entrada	3,70	3,10	4,27	

1.6. Regiões NUTS II

(Quadros 15 e 16)

No 3º trimestre de 2011, o desemprego aumentou e o emprego diminuiu, face ao trimestre anterior, em quase todas as regiões do país. O maior decréscimo no número de empregados e o maior acréscimo no número de desempregados ocorreram na região de Lisboa

No 3º trimestre de 2011, a população ativa residente em Portugal diminuiu 0,4% (24,6 mil indivíduos) face ao trimestre anterior. Esta redução resultou essencialmente da diminuição da população ativa nas regiões NUTS II do Norte (15,6 mil) e Lisboa (7,7 mil).

As duas componentes da população ativa, emprego e desemprego, evoluíram de forma semelhante em todas as regiões (Gráfico 5).

Na região Norte, o número de empregados diminuiu 0,8% face ao trimestre anterior (14,4 mil indivíduos) e o número de desempregados diminuiu relativamente menos (0,5%; 1,2 mil). A conjugação da evolução destes dois agregados determinou o aumento na taxa de desemprego da região, de 12,6%, no 2º trimestre de 2011, para 12,7%, no 3º trimestre de 2011. O número de residentes na região Norte na situação de desemprego, no 3º trimestre de 2011, era de 249,8 mil indivíduos, representando 36,2% do total de desempregados no país, e o de empregados era de 1 723,2 mil indivíduos, representando 35,5% da população empregada no país.

No 3º trimestre de 2011, a região Centro registou uma diminuição na população empregada de 0,2% (2,5 mil

indivíduos), face ao trimestre anterior, e uma diminuição na população desempregada, de 1,2% (1,4 mil). A taxa de desemprego diminuiu, de 9,5%, no 2º trimestre de 2011, para 9,4%, no 3º trimestre de 2011. Nesta região residiam 23,8% dos empregados do país e 17,4% dos desempregados.

Em Lisboa, a população empregada diminuiu 1,8% (22,2 mil indivíduos), face ao trimestre anterior, e a população desempregada aumentou 7,4% (14,5 mil). Em consequência, a taxa de desemprego aumentou, passando de 13,5%, no 2º trimestre de 2011, para 14,6%, no 3º trimestre de 2011. Em Lisboa residiam 25,2% dos empregados do país e 30,4% dos desempregados, no 3º trimestre de 2011. Esta região apresentava a maior taxa de desemprego do país e o maior acréscimo trimestral neste indicador (1,1 p.p.).

No Alentejo, a população empregada diminuiu 1,6% (5,5 mil indivíduos), face ao trimestre anterior, e a população desempregada aumentou 4,0% (1,8 mil). A taxa de desemprego aumentou, passando de 11,8%, no 2º trimestre de 2011, para 12,3%, no 3º trimestre de 2011.

No Algarve, a população empregada aumentou 3,9% (7,6 mil indivíduos), face ao trimestre anterior, e a população desempregada diminuiu 7,4% (2,5 mil). A taxa de desemprego passou de 14,7%, no 2º trimestre de 2011, para 13,3%, no 3º trimestre de 2011.

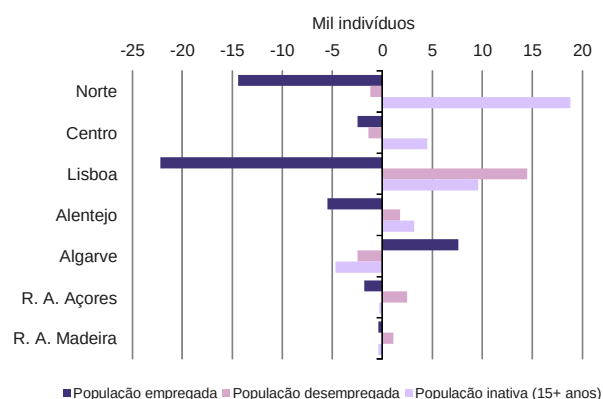
Nestas duas regiões, Alentejo e Algarve, residiam 10,9% dos empregados do país e 11,2% dos desempregados.

A população inativa com 15 e mais anos aumentou, face ao trimestre anterior, nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Alentejo, diminuiu no Algarve e manteve-se praticamente inalterada na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira. O aumento que mais se destacou, em termos absolutos, foi o do Norte (18,8 mil indivíduos).

Em consequência, a taxa de inatividade (15 e mais anos) aumentou nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Alentejo e diminuiu no Algarve e nas Regiões Autónomas.

As maiores taxas de inatividade pertenceram ao Alentejo, a Lisboa e à Região Autónoma dos Açores (42,0%, 39,8% e 39,6%, respetivamente) e as menores taxas foram registadas na Região Autónoma da Madeira (36,3%), no Algarve (36,7%), no Centro (37,8%) e no Norte (38,0%).

Gráfico 5: Variação trimestral da população empregada, desempregada e inativa com 15 e mais anos por região NUTS II, no 3º trimestre de 2011



2. QUADROS DE RESULTADOS

1. População total por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo.....	12
2. População ativa por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo.....	13
3. Taxa de atividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	14
4. População empregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	15
5. Taxa de emprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo	16
6. População empregada por setor de atividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo	17
7. População empregada por profissão principal (CPP-10), situação na profissão e sexo	18
8. População empregada total e por conta de outrem por regime de duração do trabalho e sexo, população empregada por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho e sexo e subemprego visível por sexo.....	19
9. População desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo.....	20
10. Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo.....	21
11. População desempregada por duração da procura de emprego	21
12. Taxas de desemprego por duração da procura de emprego.....	22
13. População desempregada à procura de primeiro emprego e de novo emprego por setor da última atividade (CAE-Rev. 3).....	22
14. População inativa	23
15. População total, ativa, empregada, desempregada e inativa por região NUTS II (NUTS-2002)	24
16. Taxa de atividade, de emprego, de desemprego e de inatividade por região NUTS II (NUTS-2002)	25

Nota: Estes quadros encontram-se disponíveis, em formato Excel e CSV, em:

http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes (selecionando Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2011).

1. População total por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		Milhares de indivíduos			%		
População total	HM	10 641,0	10 643,3	10 648,7	-	o	0,1
	H	5 149,2	5 150,2	5 152,7	-	o	o
	M	5 491,8	5 493,1	5 496,0	-	o	0,1
População com 15 e mais anos	HM	9 030,1	9 033,6	9 039,7	-	o	0,1
	H	4 323,0	4 324,7	4 327,6	-	o	0,1
	M	4 707,1	4 708,9	4 712,1	-	o	0,1
Menos de 15 anos	HM	1 610,9	1 609,7	1 609,0	-	-0,1	o
	H	826,2	825,5	825,2	-	-0,1	o
	M	784,7	784,2	783,8	-	-0,1	-0,1
Dos 15 aos 24 anos	HM	1 152,4	1 145,9	1 139,7	-	-0,6	-0,5
	H	589,0	585,7	582,7	-	-0,6	-0,5
	M	563,5	560,2	557,0	-	-0,6	-0,6
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 544,5	1 536,8	1 529,6	-	-0,5	-0,5
	H	782,4	778,8	775,5	-	-0,5	-0,4
	M	762,0	758,0	754,1	-	-0,5	-0,5
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 616,0	1 618,2	1 620,8	-	0,1	0,2
	H	807,0	808,5	810,3	-	0,2	0,2
	M	809,0	809,7	810,5	-	0,1	0,1
Dos 45 aos 64 anos	HM	2 787,3	2 795,9	2 805,4	-	0,3	0,3
	H	1 340,6	1 344,8	1 349,4	-	0,3	0,3
	M	1 446,8	1 451,2	1 456,0	-	0,3	0,3
Com 65 e mais anos	HM	1 929,8	1 936,8	1 944,3	-	0,4	0,4
	H	804,1	806,8	809,8	-	0,3	0,4
	M	1 125,7	1 129,9	1 134,5	-	0,4	0,4
Dos 15 aos 64 anos	HM	7 100,3	7 096,8	7 095,4	-	o	o
	H	3 518,9	3 517,8	3 517,8	-	o	o
	M	3 581,3	3 579,0	3 577,7	-	-0,1	o
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)							
Até ao básico - 3º ciclo	HM	6 393,8	6 358,1	6 256,0	0,7	-0,6	-1,6
	H	3 118,6	3 124,6	3 063,3	0,8	0,2	-2,0
	M	3 275,2	3 233,5	3 192,7	0,8	-1,3	-1,3
Secundário e pós-secundário	HM	1 457,8	1 495,9	1 552,6	1,7	2,6	3,8
	H	726,2	725,1	750,4	2,3	-0,2	3,5
	M	731,6	770,9	802,2	2,1	5,4	4,1
Superior	HM	1 178,5	1 179,5	1 231,0	3,2	0,1	4,4
	H	478,2	475,0	513,9	4,0	-0,7	8,2
	M	700,2	704,5	717,2	3,1	0,6	1,8

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

2. População ativa por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		Milhares de indivíduos			%		
População ativa	HM	5 554,8	5 568,0	5 543,4	0,4	0,2	-0,4
	H	2 945,6	2 943,5	2 952,4	0,5	-0,1	0,3
	M	2 609,2	2 624,5	2 591,0	0,6	0,6	-1,3
Dos 15 aos 24 anos	HM	445,6	427,7	460,6	2,1	-4,0	7,7
	H	239,6	231,2	250,0	2,7	-3,5	8,1
	M	206,0	196,5	210,6	3,0	-4,6	7,2
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 395,9	1 399,8	1 384,9	0,6	0,3	-1,1
	H	721,9	721,4	721,1	0,7	-0,1	0
	M	674,0	678,4	663,7	1,0	0,7	-2,2
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 472,5	1 483,0	1 464,4	0,6	0,7	-1,3
	H	765,8	767,9	762,0	0,6	0,3	-0,8
	M	706,7	715,1	702,4	1,0	1,2	-1,8
Dos 45 aos 64 anos	HM	1 960,3	1 965,1	1 952,1	0,7	0,2	-0,7
	H	1 043,0	1 040,4	1 039,8	0,8	-0,2	-0,1
	M	917,3	924,7	912,3	1,1	0,8	-1,3
Com 65 e mais anos	HM	280,6	292,4	281,4	3,3	4,2	-3,8
	H	175,4	182,6	179,5	3,5	4,1	-1,7
	M	105,2	109,8	101,9	5,3	4,4	-7,2
Dos 15 aos 64 anos	HM	5 274,2	5 275,5	5 261,9	0,4	0	-0,3
	H	2 770,3	2 760,8	2 772,9	0,5	-0,3	0,4
	M	2 504,0	2 514,7	2 489,1	0,6	0,4	-1,0
Nível de escolaridade completo							
Até ao básico - 3º ciclo	HM	3 494,1	3 470,1	3 395,3	1,2	-0,7	-2,2
	H	1 991,2	1 999,9	1 957,4	1,2	0,4	-2,1
	M	1 502,8	1 470,2	1 437,9	1,6	-2,2	-2,2
Secundário e pós-secundário	HM	1 065,8	1 107,0	1 144,8	2,1	3,9	3,4
	H	543,1	543,6	570,4	2,8	0,1	4,9
	M	522,7	563,4	574,4	2,7	7,8	2,0
Superior	HM	994,9	990,8	1 003,2	3,4	-0,4	1,3
	H	411,3	399,9	424,6	4,3	-2,8	6,2
	M	583,6	590,9	578,6	3,4	1,3	-2,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

3. Taxa de atividade por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		%				p.p.	
Taxa de atividade	HM	52,2	52,3	52,1	0,4	0,1	-0,2
	H	57,2	57,2	57,3	0,5	-0,1	0,1
	M	47,5	47,8	47,1	0,6	0,3	-0,7
Taxa de atividade (15 e mais anos)	HM	61,5	61,6	61,3	0,4	0,1	-0,3
	H	68,1	68,1	68,2	0,5	-0,1	0,1
	M	55,4	55,7	55,0	0,6	0,3	-0,7
Dos 15 aos 24 anos	HM	38,7	37,3	40,4	2,1	-1,3	3,1
	H	40,7	39,5	42,9	2,7	-1,2	3,4
	M	36,6	35,1	37,8	3,0	-1,5	2,7
Dos 25 aos 34 anos	HM	90,4	91,1	90,5	0,6	0,7	-0,6
	H	92,3	92,6	93,0	0,7	0,4	0,4
	M	88,4	89,5	88,0	1,0	1,1	-1,5
Dos 35 aos 44 anos	HM	91,1	91,6	90,3	0,6	0,5	-1,3
	H	94,9	95,0	94,0	0,6	0,1	-1,0
	M	87,3	88,3	86,7	1,0	1,0	-1,6
Dos 45 aos 64 anos	HM	70,3	70,3	69,6	0,7	0,0	-0,7
	H	77,8	77,4	77,1	0,8	-0,4	-0,3
	M	63,4	63,7	62,7	1,1	0,3	-1,0
Com 65 e mais anos	HM	14,5	15,1	14,5	3,3	0,6	-0,6
	H	21,8	22,6	22,2	3,5	0,8	-0,4
	M	9,3	9,7	9,0	5,3	0,4	-0,7
Dos 15 aos 64 anos	HM	74,3	74,3	74,2	0,4	0,1	-0,1
	H	78,7	78,5	78,8	0,5	-0,2	0,3
	M	69,9	70,3	69,6	0,6	0,3	-0,7
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)							
Até ao básico - 3º ciclo	HM	54,6	54,6	54,3	0,7	-0,1	-0,3
	H	63,8	64,0	63,9	0,7	0,2	-0,1
	M	45,9	45,5	45,0	1,1	-0,4	-0,5
Secundário e pós-secundário	HM	73,1	74,0	73,7	1,0	0,9	-0,3
	H	74,8	75,0	76,0	1,3	0,2	1,0
	M	71,4	73,1	71,6	1,4	1,6	-1,5
Superior	HM	84,4	84,0	81,5	0,9	-0,4	-2,5
	H	86,0	84,2	82,6	1,3	-1,8	-1,6
	M	83,3	83,9	80,7	1,2	0,5	-3,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

4. População empregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		Milhares de indivíduos			%		
População empregada	HM	4 866,0	4 893,0	4 853,7	0,6	0,6	-0,8
	H	2 591,5	2 594,3	2 597,4	0,7	0,1	0,1
	M	2 274,5	2 298,7	2 256,3	0,8	1,1	-1,8
Dos 15 aos 24 anos	HM	321,6	312,2	322,2	2,8	-2,9	3,2
	H	177,0	168,9	180,2	3,5	-4,6	6,7
	M	144,6	143,3	142,1	4,3	-0,9	-0,8
Dos 25 aos 34 anos	HM	1 199,8	1 215,8	1 203,5	1,1	1,3	-1,0
	H	624,7	629,4	629,9	1,3	0,8	0,1
	M	575,1	586,4	573,6	1,6	2,0	-2,2
Dos 35 aos 44 anos	HM	1 312,0	1 325,5	1 307,7	0,9	1,0	-1,3
	H	687,8	692,9	687,0	1,1	0,7	-0,9
	M	624,2	632,6	620,7	1,4	1,3	-1,9
Dos 45 aos 64 anos	HM	1 754,8	1 748,8	1 742,2	0,9	-0,3	-0,4
	H	927,8	921,5	922,1	1,1	-0,7	0,1
	M	827,0	827,3	820,1	1,3	0	-0,9
Com 65 e mais anos	HM	277,6	290,8	278,1	3,3	4,8	-4,4
	H	174,1	181,7	178,2	3,5	4,4	-1,9
	M	103,5	109,1	99,9	5,4	5,4	-8,4
Dos 15 aos 64 anos	HM	4 588,3	4 602,2	4 575,7	0,6	0,3	-0,6
	H	2 417,4	2 412,6	2 419,2	0,7	-0,2	0,3
	M	2 170,9	2 189,6	2 156,5	0,8	0,9	-1,5
Nível de escolaridade completo							
Até ao básico - 3º ciclo	HM	3 029,7	3 007,3	2 947,1	0,7	-0,7	-2,0
	H	1 741,1	1 748,4	1 709,4	0,7	0,4	-2,2
	M	1 288,5	1 258,9	1 237,7	1,1	-2,3	-1,7
Secundário e pós-secundário	HM	925,8	975,5	997,7	1,0	5,4	2,3
	H	475,1	483,6	507,1	1,3	1,8	4,9
	M	450,7	491,9	490,6	1,4	9,1	-0,3
Superior	HM	910,5	910,2	908,9	0,9	0	-0,1
	H	375,3	362,3	380,9	1,3	-3,5	5,1
	M	535,2	547,9	528,0	1,2	2,4	-3,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

5. Taxa de emprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		%				p.p.	
Taxa de emprego	HM	53,9	54,2	53,7	0,6	0,3	-0,5
(15 e mais anos)	H	59,9	60,0	60,0	0,7	0	-
	M	48,3	48,8	47,9	0,8	0,5	-0,9
Dos 15 aos 24 anos	HM	27,9	27,2	28,3	2,8	-0,7	1,1
	H	30,1	28,8	30,9	3,5	-1,2	2,1
	M	25,7	25,6	25,5	4,3	-0,1	-0,1
Dos 25 aos 34 anos	HM	77,7	79,1	78,7	1,1	1,4	-0,4
	H	79,8	80,8	81,2	1,3	1,0	0,4
	M	75,5	77,4	76,1	1,6	1,9	-1,3
Dos 35 aos 44 anos	HM	81,2	81,9	80,7	0,9	0,7	-1,2
	H	85,2	85,7	84,8	1,1	0,5	-0,9
	M	77,2	78,1	76,6	1,4	1,0	-1,5
Dos 45 aos 64 anos	HM	63,0	62,5	62,1	0,9	-0,4	-0,4
	H	69,2	68,5	68,3	1,1	-0,7	-0,2
	M	57,2	57,0	56,3	1,3	-0,2	-0,7
Com 65 e mais anos	HM	14,4	15,0	14,3	3,3	0,6	-0,7
	H	21,7	22,5	22,0	3,5	0,9	-0,5
	M	9,2	9,7	8,8	5,4	0,5	-0,9
Dos 15 aos 64 anos	HM	64,6	64,8	64,5	0,6	0,2	-0,3
	H	68,7	68,6	68,8	0,7	-0,1	0,2
	M	60,6	61,2	60,3	0,8	0,6	-0,9
Nível de escolaridade completo							
Até ao básico - 3º ciclo	HM	47,4	47,3	47,1	0,9	-0,1	-0,2
	H	55,8	56,0	55,8	1,0	0,1	-0,2
	M	39,3	38,9	38,8	1,3	-0,4	-0,1
Secundário e pós-secundário	HM	63,5	65,2	64,3	1,3	1,7	-0,9
	H	65,4	66,7	67,6	1,7	1,3	0,9
	M	61,6	63,8	61,2	1,9	2,2	-2,6
Superior	HM	77,3	77,2	73,8	1,2	-0,1	-3,4
	H	78,5	76,3	74,1	1,9	-2,2	-2,2
	M	76,4	77,8	73,6	1,5	1,3	-4,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

6. População empregada por sector de atividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		Milhares de indivíduos			%		
População empregada	HM	4 866,0	4 893,0	4 853,7	0,6	0,6	- 0,8
	H	2 591,5	2 594,3	2 597,4	0,7	0,1	0,1
	M	2 274,5	2 298,7	2 256,3	0,8	1,1	- 1,8
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	HM	487,4	495,5	478,5	3,7	1,7	- 3,4
	H	284,6	289,9	282,5	3,8	1,9	- 2,6
	M	202,8	205,6	196,0	5,1	1,4	- 4,7
B a F: Indústria, construção, energia e água	HM	1 336,4	1 347,7	1 332,3	1,9	0,8	- 1,1
	H	958,9	969,9	975,2	2,0	1,1	0,5
	M	377,5	377,7	357,1	3,9	0,1	- 5,5
C: Indústrias transformadoras	HM	818,6	826,4	820,7	2,9	1,0	- 0,7
F: Construção	HM	447,1	455,3	440,9	3,6	1,8	- 3,2
G a U: Serviços	HM	3 042,1	3 049,8	3 043,0	1,1	0,3	- 0,2
	H	1 348,0	1 334,4	1 339,7	1,6	-1,0	0,4
	M	1 694,1	1 715,3	1 703,3	1,2	1,3	- 0,7
G: Comércio por grosso e a retalho	HM	724,5	709,5	707,3	2,6	-2,1	- 0,3
H: Transportes e armazenagem	HM	163,9	182,7	172,7	5,6	11,5	- 5,5
I: Alojamento, restauração e similares	HM	298,4	289,2	292,5	4,2	-3,1	1,1
J: Atividades de informação e de comunicação	HM	87,9	84,3	86,4	9,5	-4,1	2,5
K: Atividades financeiras e de seguros	HM	100,8	107,2	105,4	7,3	6,3	- 1,7
L: Atividades imobiliárias	HM	26,1	28,3	25,0	14,9	8,4	- 11,7
M: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	HM	171,8	178,5	171,1	6,3	3,9	- 4,1
N: Atividades administrativas e dos serviços de apoio	HM	130,8	140,4	153,8	6,0	7,3	9,5
O: Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	HM	312,2	309,6	313,2	4,1	-0,8	1,2
P: Educação	HM	384,8	370,3	349,6	3,8	-3,8	- 5,6
Q: Atividades da saúde humana e apoio social	HM	351,6	370,5	376,1	4,0	5,4	1,5
R: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	HM	53,5	51,9	50,5	10,5	-3,0	- 2,7
S a U: Outros serviços	HM	235,8	227,2	239,2	4,6	-3,6	5,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

7. População empregada por profissão principal (CPP-10), situação na profissão e sexo							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		Milhares de indivíduos			%		
População empregada	HM	4 866,0	4 893,0	4 853,7	0,6	0,6	-0,8
	H	2 591,5	2 594,3	2 597,4	0,7	0,1	0,1
	M	2 274,5	2 298,7	2 256,3	0,8	1,1	-1,8
Profissão (CPP-10)							
1: Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	HM	299,6	302,9	309,8	4,3	1,1	2,3
	H	199,1	203,4	212,9	4,9	2,2	4,7
	M	100,6	99,5	96,9	7,1	-1,1	-2,6
2: Especialistas das atividades intelectuais e científicas	HM	691,2	700,8	680,7	4,0	1,4	-2,9
	H	296,9	285,9	287,9	4,9	-3,7	0,7
	M	394,4	414,9	392,8	4,2	5,2	-5,3
3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	HM	402,1	435,1	430,3	3,6	8,2	-1,1
	H	248,4	259,4	260,2	4,4	4,4	0,3
	M	153,7	175,6	170,1	5,2	14,2	-3,1
4: Pessoal administrativo	HM	422,2	403,7	387,1	3,6	-4,4	-4,1
	H	152,8	139,2	131,0	6,2	-8,9	-5,9
	M	269,4	264,6	256,2	4,4	-1,8	-3,2
5: Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	HM	803,4	785,2	793,5	2,5	-2,3	1,1
	H	300,8	292,9	300,9	4,0	-2,6	2,7
	M	502,6	492,3	492,6	2,9	-2,0	0,1
6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	HM	468,9	480,0	465,3	3,8	2,4	-3,1
	H	278,2	285,8	279,7	3,8	2,7	-2,1
	M	190,7	194,2	185,6	5,2	1,8	-4,4
7: Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	HM	783,9	783,1	781,3	2,5	-0,1	-0,2
	H	655,5	659,6	651,6	2,5	0,6	-1,2
	M	128,4	123,4	129,7	6,9	-3,9	5,1
8: Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	HM	401,5	402,7	414,0	3,7	0,3	2,8
	H	282,9	284,3	299,3	4,2	0,5	5,3
	M	118,5	118,3	114,7	6,9	-0,2	-3,0
9: Trabalhadores não qualificados	HM	567,3	568,0	559,9	2,9	0,1	-1,4
	H	153,9	155,5	145,9	5,4	1,0	-6,2
	M	413,4	412,5	414,1	3,2	-0,2	0,4
0: Forças Armadas	HM	25,9	31,6	31,9	11,9	22,0	0,9
Situação na profissão							
Trabalhador por conta de outrem	HM	3 814,3	3 862,9	3 838,5	0,8	1,3	-0,6
	H	1 941,5	1 954,3	1 965,3	1,0	0,7	0,6
	M	1 872,7	1 908,6	1 873,3	1,0	1,9	-1,8
Trabalhador por conta própria como isolado	HM	766,3	755,0	738,8	2,7	-1,5	-2,1
	H	451,1	445,8	443,2	2,8	-1,2	-0,6
	M	315,1	309,2	295,7	3,9	-1,9	-4,4
Trabalhador por conta própria como empregador	HM	251,3	247,7	249,2	4,7	-1,4	0,6
	H	185,4	181,8	179,7	5,1	-1,9	-1,2
	M	65,9	65,9	69,5	8,2	-	5,5
Trabalhador familiar não remunerado	HM	34,1	27,3	27,2	12,7	-19,9	-0,4
	H	13,5	12,3	9,3	19,5	-8,9	-24,4
	M	20,6	15,0	17,8	14,0	-27,2	18,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

8. População empregada total e por conta de outrem por regime de duração do trabalho e sexo, população empregada por conta de outrem por tipo de contrato de trabalho e sexo e subemprego visível por sexo							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		Milhares de indivíduos			%		
População empregada	HM	4 866,0	4 893,0	4 853,7	0,6	0,6	-0,8
	H	2 591,5	2 594,3	2 597,4	0,7	0,1	0,1
	M	2 274,5	2 298,7	2 256,3	0,8	1,1	-1,8
A tempo completo	HM	4 198,1	4 260,0	4 214,6	0,7	1,5	-1,1
	H	2 316,2	2 324,7	2 319,9	0,8	0,4	-0,2
	M	1 881,9	1 935,2	1 894,6	1,0	2,8	-2,1
A tempo parcial	HM	667,9	633,0	639,2	2,6	-5,2	1,0
	H	275,4	269,6	277,5	3,6	-2,1	2,9
	M	392,5	363,5	361,7	3,3	-7,4	-0,5
Trabalhadores por conta de outrem	HM	3 814,3	3 862,9	3 838,5	0,8	1,3	-0,6
	H	1 941,5	1 954,3	1 965,3	1,0	0,7	0,6
	M	1 872,7	1 908,6	1 873,3	1,0	1,9	-1,8
A tempo completo	HM	3 530,7	3 587,5	3 564,2	0,9	1,6	-0,6
	H	1 867,5	1 880,6	1 888,3	1,1	0,7	0,4
	M	1 663,2	1 706,9	1 675,9	1,2	2,6	-1,8
A tempo parcial	HM	283,6	275,4	274,4	4,0	-2,9	-0,4
	H	74,1	73,7	76,9	7,8	-0,5	4,3
	M	209,5	201,7	197,4	4,7	-3,7	-2,1
Tipo de contrato de trabalho							
Sem termo	HM	2 971,4	2 980,6	2 966,7	1,0	0,3	-0,5
	H	1 519,0	1 518,8	1 520,1	1,3	0	0,1
	M	1 452,4	1 461,9	1 446,6	1,3	0,7	-1,0
Com termo	HM	713,8	729,4	725,8	2,5	2,2	-0,5
	H	353,1	356,5	370,3	3,4	1,0	3,9
	M	360,7	372,9	355,5	3,4	3,4	-4,7
Outro tipo	HM	129,1	152,6	146,1	6,2	18,2	-4,3
	H	69,4	78,7	74,9	8,1	13,4	-4,8
	M	59,6	73,9	71,2	8,5	24,0	-3,7
Subemprego visível	HM	173,9	174,8	159,6	5,7	0,5	-8,7
	H	63,7	69,7	68,6	8,0	9,4	-1,6
	M	110,1	105,1	91,0	7,3	-4,5	-13,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

9. População desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		Milhares de indivíduos			%		
População desempregada	HM	688,9	675,0	689,6	2,7	-2,0	2,2
	H	354,1	349,2	355,0	3,7	-1,4	1,7
	M	334,8	325,8	334,7	3,7	-2,7	2,7
Dos 15 aos 24 anos	HM	123,9	115,5	138,3	5,1	-6,8	19,7
	H	62,6	62,3	69,8	7,3	-0,5	12,0
	M	61,4	53,2	68,5	6,9	-13,4	28,8
Dos 25 aos 34 anos	HM	196,1	184,1	181,3	5,8	-6,1	-1,5
	H	97,2	92,0	91,2	7,8	-5,3	-0,9
	M	98,9	92,0	90,1	8,1	-7,0	-2,1
Dos 35 aos 44 anos	HM	160,4	157,5	156,7	5,4	-1,8	-0,5
	H	77,9	75,0	75,0	8,0	-3,7	-
	M	82,5	82,5	81,7	7,3	-	-1,0
Com 45 e mais anos	HM	208,4	217,9	213,3	4,3	4,6	-2,1
	H	116,4	119,9	119,0	5,6	3,0	-0,8
	M	92,0	98,1	94,3	6,1	6,6	-3,9
Dos 15 aos 64 anos	HM	685,9	673,3	686,3	2,7	-1,8	1,9
	H	352,9	348,2	353,7	3,7	-1,3	1,6
	M	333,0	325,1	332,6	3,7	-2,4	2,3
Nível de escolaridade completo							
Até ao básico - 3º ciclo	HM	464,4	462,9	448,2	3,5	-0,3	-3,2
	H	250,1	251,6	248,0	4,4	0,6	-1,4
	M	214,3	211,3	200,2	5,0	-1,4	-5,3
Secundário e pós-secundário	HM	140,0	131,5	147,2	5,6	-6,1	11,9
	H	68,0	60,0	63,3	8,6	-11,8	5,5
	M	72,0	71,4	83,8	7,4	-0,8	17,4
Superior	HM	84,5	80,6	94,3	8,3	-4,6	17,0
	H	36,0	37,6	43,7	12,7	4,4	16,2
	M	48,4	43,0	50,6	10,6	-11,2	17,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

10. Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011		2ºT-2011	3ºT-2011
		%			p.p.		
Taxa de desemprego	HM	12,4	12,1	12,4	2,7	-0,3	0,3
	H	12,0	11,9	12,0	3,7	-0,2	0,1
	M	12,8	12,4	12,9	3,6	-0,4	0,5
Dos 15 aos 24 anos	HM	27,8	27,0	30,0	4,5	-0,8	3,0
	H	26,1	27,0	27,9	6,5	0,8	0,9
	M	29,8	27,1	32,5	6,3	-2,7	5,4
Dos 25 aos 34 anos	HM	14,0	13,1	13,1	5,7	-0,9	-
	H	13,5	12,8	12,6	7,8	-0,7	-0,2
	M	14,7	13,6	13,6	8,0	-1,1	-
Dos 35 aos 44 anos	HM	10,9	10,6	10,7	5,5	-0,3	0,1
	H	10,2	9,8	9,8	8,0	-0,4	-
	M	11,7	11,5	11,6	7,3	-0,1	0,1
Com 45 e mais anos	HM	9,3	9,7	9,5	4,3	0,4	-0,2
	H	9,6	9,8	9,8	5,6	0,2	-
	M	9,0	9,5	9,3	6,1	0,5	-0,2
Dos 15 aos 64 anos	HM	13,0	12,8	13,0	2,7	-0,2	0,2
	H	12,7	12,6	12,8	3,7	-0,1	0,2
	M	13,3	12,9	13,4	3,6	-0,4	0,5
Nível de escolaridade completo							
Até ao básico - 3º ciclo	HM	13,3	13,3	13,2	3,3	-	-0,1
	H	12,6	12,6	12,7	4,2	-	0,1
	M	14,3	14,4	13,9	4,7	0,1	-0,5
Secundário e pós-secundário	HM	13,1	11,9	12,9	5,4	-1,3	1,0
	H	12,5	11,0	11,1	8,2	-1,5	0,1
	M	13,8	12,7	14,6	7,1	-1,1	1,9
Superior	HM	8,5	8,1	9,4	7,8	-0,4	1,3
	H	8,8	9,4	10,3	11,8	0,6	0,9
	M	8,3	7,3	8,8	10,2	-1,0	1,5

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

11. População desempregada por duração da procura de emprego							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011		2ºT-2011	3ºT-2011
		Milhares de indivíduos			%		
População desempregada	HM	688,9	675,0	689,6	2,7	-2,0	2,2
	H	354,1	349,2	355,0	3,7	-1,4	1,7
	M	334,8	325,8	334,7	3,7	-2,7	2,7
Duração da procura							
Menos de 1 mês	HM	28,2	24,1	36,9	12,2	-14,5	53,1
	H	14,5	11,9	19,3	17,1	-17,9	62,2
	M	13,8	12,2	17,6	17,0	-11,6	44,3
1 a 6 meses	HM	218,4	190,7	196,6	5,0	-12,7	3,1
	H	116,3	105,3	96,8	6,8	-9,5	-8,1
	M	102,1	85,4	99,9	6,9	-16,4	17,0
7 a 11 meses	HM	77,0	87,8	99,7	6,8	14,0	13,6
	H	40,2	43,7	53,0	9,6	8,7	21,3
	M	36,8	44,1	46,7	10,0	19,8	5,9
12 a 24 meses	HM	163,6	147,4	144,5	5,9	-9,9	-2,0
	H	86,7	80,4	78,2	7,9	-7,3	-2,7
	M	76,9	67,0	66,4	8,7	-12,9	-0,9
25 e mais meses	HM	201,6	224,9	211,9	4,8	11,6	-5,8
	H	96,4	107,8	107,7	7,0	11,8	-0,1
	M	105,2	117,1	104,2	6,3	11,3	-11,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

12. Taxas de desemprego por duração da procura de emprego							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		%				p.p.	
Taxa de desemprego total	HM	12,4	12,1	12,4	2,7	-0,3	0,3
	H	12,0	11,9	12,0	3,7	-0,2	0,1
	M	12,8	12,4	12,9	3,6	-0,4	0,5
Por duração da procura							
Menos de 1 mês	HM	0,5	0,4	0,7	12,2	-0,1	0,3
	H	0,5	0,4	0,7	17,0	-0,1	0,3
	M	0,5	0,5	0,7	16,9	-0,1	0,2
1 a 6 meses	HM	3,9	3,4	3,5	5,0	-0,5	0,1
	H	3,9	3,6	3,3	6,8	-0,4	-0,3
	M	3,9	3,3	3,9	6,9	-0,7	0,6
7 a 11 meses	HM	1,4	1,6	1,8	6,8	0,2	0,2
	H	1,4	1,5	1,8	9,6	0,1	0,3
	M	1,4	1,7	1,8	10,0	0,3	0,1
12 a 24 meses	HM	2,9	2,6	2,6	5,9	-0,3	-
	H	2,9	2,7	2,6	7,9	-0,2	-0,1
	M	2,9	2,6	2,6	8,6	-0,4	-
25 e mais meses	HM	3,6	4,0	3,8	4,9	0,4	-0,2
	H	3,3	3,7	3,6	7,0	0,4	-0,1
	M	4,0	4,5	4,0	6,2	0,4	-0,5
Curta duração (Até 11 meses)	HM	5,8	5,4	6,0	3,9	-0,4	0,6
	H	5,8	5,5	5,7	5,2	-0,3	0,2
	M	5,8	5,4	6,3	5,4	-0,5	0,9
Longa duração (12 e mais meses)	HM	6,6	6,7	6,4	3,7	0,1	-0,3
	H	6,2	6,4	6,3	5,2	0,2	-0,1
	M	7,0	7,0	6,6	4,9	-	-0,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

13. População desempregada à procura de primeiro emprego e de novo emprego por setor da atividade anterior (CAE-Rev. 3)						
Portugal	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
	1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
	Milhares de indivíduos				%	
População desempregada	688,9	675,0	689,6	2,7	-2,0	2,2
À procura de 1º emprego	72,6	66,7	75,6	7,3	-8,1	13,3
À procura de novo emprego (a)	616,3	608,3	614,0	2,9	-1,3	0,9
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	13,2	11,5	14,8	17,9	-12,9	28,7
Indústria, construção, energia e água	220,0	228,2	219,0	4,9	3,7	-4,0
Serviços	355,3	338,2	355,7	3,7	-4,8	5,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

Nota: (a) A experiência anterior de trabalho dos indivíduos desempregados à procura de novo emprego é caracterizada apenas para aqueles que deixaram o último emprego há oito ou menos anos. Por essa razão, a soma do número de desempregados à procura de novo emprego por setor da atividade anterior não corresponde ao total de indivíduos desempregados à procura de novo emprego.

14. População inativa							
Portugal	Sexo	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
		1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
		Milhares de indivíduos			%		
População inativa	HM	5 086,1	5 075,3	5 105,3	0,5	-0,2	0,6
	H	2 203,5	2 206,7	2 200,3	0,7	0,1	-0,3
	M	2 882,6	2 868,6	2 905,0	0,6	-0,5	1,3
Menos de 15 anos	HM	1 610,9	1 609,7	1 609,0	-	-0,1	0
	H	826,2	825,5	825,2	-	-0,1	0
	M	784,7	784,2	783,8	-	-0,1	-0,1
Dos 15 aos 24 anos	HM	706,9	718,2	679,1	1,4	1,6	-5,4
	H	349,4	354,6	332,7	2,0	1,5	-6,2
	M	357,5	363,6	346,4	1,8	1,7	-4,7
Dos 25 aos 34 anos	HM	148,5	137,0	144,7	6,1	-7,7	5,6
	H	60,5	57,4	54,3	9,5	-5,1	-5,4
	M	88,0	79,5	90,4	7,5	-9,7	13,7
Dos 35 aos 44 anos	HM	143,6	135,2	156,4	5,5	-5,8	15,7
	H	41,2	40,6	48,3	9,8	-1,5	19,0
	M	102,4	94,6	108,2	6,3	-7,6	14,4
Dos 45 aos 64 anos	HM	827,0	830,9	853,3	1,7	0,5	2,7
	H	297,6	304,4	309,6	2,8	2,3	1,7
	M	529,5	526,5	543,7	1,9	-0,6	3,3
Com 65 e mais anos	HM	1 649,2	1 644,3	1 662,8	0,6	-0,3	1,1
	H	628,7	624,2	630,3	1,0	-0,7	1,0
	M	1 020,5	1 020,1	1 032,5	0,5	0	1,2
Dos 15 aos 64 anos	HM	1 826,0	1 821,3	1 833,5	1,1	-0,3	0,7
	H	748,7	757,0	744,9	1,8	1,1	-1,6
	M	1 077,4	1 064,3	1 088,6	1,4	-1,2	2,3
População inativa (15 e mais anos)	HM	3 475,2	3 465,6	3 496,3	0,7	-0,3	0,9
	H	1 377,4	1 381,2	1 375,2	1,1	0,3	-0,4
	M	2 097,9	2 084,4	2 121,1	0,8	-0,6	1,8
Estudante	HM	811,4	814,5	760,7	1,7	0,4	-6,6
	H	381,7	387,9	358,9	2,3	1,6	-7,5
	M	429,8	426,6	401,8	2,2	-0,7	-5,8
Doméstico	HM	440,6	417,7	431,1	2,7	-5,2	3,2
	H	4,2	3,4	4,1	32,4	-19,0	20,6
	M	436,4	414,4	427,0	2,7	-5,0	3,0
Reformado	HM	1 576,0	1 601,1	1 606,0	1,0	1,6	0,3
	H	743,1	741,6	746,2	1,3	-0,2	0,6
	M	832,9	859,5	859,9	1,3	3,2	0,0
Outro inativo	HM	647,2	632,3	698,4	2,4	-2,3	10,5
	H	248,4	248,3	266,0	4,0	0	7,1
	M	398,8	384,0	432,4	2,8	-3,7	12,6
Inativos disponíveis	HM	143,8	147,7	193,4	4,8	2,7	30,9
	H	58,1	52,8	77,0	7,4	-9,1	45,8
	M	85,7	95,0	116,5	5,9	10,9	22,6
Inativos desencorajados	HM	60,3	53,4	76,0	7,8	-11,4	42,3
	H	22,3	17,6	30,7	11,2	-21,1	74,4
	M	38,0	35,8	45,2	10,1	-5,8	26,3
					%		
					p.p.		
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	HM	38,5	38,4	38,7	0,7	-0,1	0,3
	H	31,9	31,9	31,8	1,1	0,1	-0,1
	M	44,6	44,3	45,0	0,8	-0,3	0,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

15. População total, ativa, empregada, desempregada e inativa por região NUTS II (NUTS-2002)						
Região NUTS II	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
	1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
	Milhares de indivíduos			%		
Portugal						
População total (15 e mais anos)	9 030,1	9 033,6	9.039,7	-	o	0,1
População ativa	5 554,8	5 568,0	5.543,4	0,4	0,2	-0,4
População empregada	4 866,0	4 893,0	4.853,7	0,6	0,6	-0,8
População desempregada	688,9	675,0	689,6	2,7	-2,0	2,2
População inativa (15 e mais anos)	3 475,2	3 465,6	3.496,3	0,7	-0,3	0,9
Norte						
População total (15 e mais anos)	3 177,0	3 179,3	3.182,5	-	0,1	0,1
População ativa	1 989,2	1 988,6	1.973,0	0,7	o	-0,8
População empregada	1 734,7	1 737,6	1.723,2	1,0	0,2	-0,8
População desempregada	254,5	251,0	249,8	4,4	-1,4	-0,5
População inativa (15 e mais anos)	1 187,7	1 190,7	1.209,5	1,1	0,3	1,6
Centro						
População total (15 e mais anos)	2 050,6	2 050,6	2.051,2	-	-	o
População ativa	1 277,6	1 279,2	1.275,3	1,1	0,1	-0,3
População empregada	1 153,4	1 157,9	1.155,4	1,4	0,4	-0,2
População desempregada	124,2	121,3	119,9	7,4	-2,3	-1,2
População inativa (15 e mais anos)	773,0	771,4	775,9	1,7	-0,2	0,6
Lisboa						
População total (15 e mais anos)	2 379,6	2 381,0	2.382,9	-	0,1	0,1
População ativa	1 436,3	1 441,7	1.434,0	0,8	0,4	-0,5
População empregada	1 240,9	1 246,4	1.224,2	1,2	0,4	-1,8
População desempregada	195,4	195,3	209,8	5,4	-0,1	7,4
População inativa (15 e mais anos)	943,3	939,3	948,9	1,2	-0,4	1,0
Alentejo						
População total (15 e mais anos)	648,7	647,8	647,2	-	-0,1	-0,1
População ativa	372,7	378,8	375,1	1,1	1,6	-1,0
População empregada	326,2	334,3	328,8	1,6	2,5	-1,6
População desempregada	46,5	44,5	46,3	8,2	-4,3	4,0
População inativa (15 e mais anos)	276,0	269,0	272,2	1,5	-2,5	1,2
Algarve						
População total (15 e mais anos)	367,9	368,2	368,7	-	0,1	0,1
População ativa	227,8	228,3	233,4	1,0	0,2	2,2
População empregada	189,2	194,7	202,3	1,5	2,9	3,9
População desempregada	38,6	33,6	31,1	6,8	-13,0	-7,4
População inativa (15 e mais anos)	140,1	140,0	135,3	1,8	-0,1	-3,4
Região Autónoma dos Açores						
População total (15 e mais anos)	201,1	201,3	201,7	-	0,1	0,2
População ativa	119,4	121,1	121,7	1,6	1,4	0,5
População empregada	108,1	109,4	107,6	2,1	1,2	-1,6
População desempregada	11,3	11,7	14,2	9,2	3,5	21,4
População inativa (15 e mais anos)	81,7	80,2	79,9	2,4	-1,8	-0,4
Região Autónoma da Madeira						
População total (15 e mais anos)	205,1	205,3	205,5	-	0,1	0,1
População ativa	131,7	130,3	130,9	1,4	-1,1	0,5
População empregada	113,4	112,7	112,3	2,1	-0,6	-0,4
População desempregada	18,3	17,6	18,7	9,3	-3,8	6,2
População inativa (15 e mais anos)	73,4	75,0	74,6	2,5	2,2	-0,5

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

16. Taxa de atividade, emprego, desemprego e inatividade por região NUTS II (NUTS-2002)						
Regiões NUTS II	Valor trimestral			C.V.	Variação trimestral	
	1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	3ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011
	%			p.p.		
Portugal						
Taxa de atividade (15 e mais anos)	61,5	61,6	61,3	0,4	0,1	-0,3
Taxa de emprego (15 e mais anos)	53,9	54,2	53,7	0,6	0,3	-0,5
Taxa de desemprego	12,4	12,1	12,4	2,7	-0,3	0,3
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	38,5	38,4	38,7	0,7	-0,1	0,3
Norte						
Taxa de atividade (15 e mais anos)	62,6	62,5	62,0	0,7	-0,1	-0,5
Taxa de emprego (15 e mais anos)	54,6	54,7	54,1	1,0	0,1	-0,6
Taxa de desemprego	12,8	12,6	12,7	4,5	-0,2	0,1
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	37,4	37,5	38,0	1,1	0,1	0,5
Centro						
Taxa de atividade (15 e mais anos)	62,3	62,4	62,2	1,1	0,1	-0,2
Taxa de emprego (15 e mais anos)	56,2	56,5	56,3	1,4	0,2	-0,2
Taxa de desemprego	9,7	9,5	9,4	7,4	-0,2	-0,1
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	37,7	37,6	37,8	1,7	-0,1	0,2
Lisboa						
Taxa de atividade (15 e mais anos)	60,4	60,5	60,2	0,8	0,2	-0,3
Taxa de emprego (15 e mais anos)	52,1	52,3	51,4	1,2	0,2	-0,9
Taxa de desemprego	13,6	13,5	14,6	5,4	-0,1	1,1
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	39,6	39,5	39,8	1,2	-0,2	0,3
Alentejo						
Taxa de atividade (15 e mais anos)	57,5	58,5	58,0	1,1	1,0	-0,5
Taxa de emprego (15 e mais anos)	50,3	51,6	50,8	1,6	1,3	-0,8
Taxa de desemprego	12,5	11,8	12,3	8,1	-0,7	0,5
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	42,5	41,5	42,0	1,5	-1,0	0,5
Algarve						
Taxa de atividade (15 e mais anos)	61,9	62,0	63,3	1,0	0,1	1,3
Taxa de emprego (15 e mais anos)	51,4	52,9	54,9	1,5	1,5	2,0
Taxa de desemprego	17,0	14,7	13,3	6,8	-2,2	-1,4
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	38,1	38,0	36,7	1,8	-0,1	-1,3
Região Autónoma dos Açores						
Taxa de atividade (15 e mais anos)	59,4	60,2	60,4	1,6	0,8	0,2
Taxa de emprego (15 e mais anos)	53,7	54,3	53,3	2,1	0,6	-1,0
Taxa de desemprego	9,5	9,7	11,6	9,4	0,2	1,9
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	40,6	39,8	39,6	2,4	-0,8	-0,2
Região Autónoma da Madeira						
Taxa de atividade (15 e mais anos)	64,2	63,5	63,7	1,4	-0,7	0,2
Taxa de emprego (15 e mais anos)	55,3	54,9	54,6	2,1	-0,4	-0,3
Taxa de desemprego	13,9	13,5	14,3	9,2	-0,4	0,8
Taxa de inatividade (15 e mais anos)	35,8	36,5	36,3	2,5	0,7	-0,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2011.

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Objetivos

O Inquérito ao Emprego tem por principal objetivo a caracterização da população face ao trabalho. Pretende obter um conjunto de informação que permita, a partir dessa caracterização, analisar o mercado de trabalho enquanto realidade dinâmica e constitua um ponto de partida para a definição de políticas socioeconómicas.

O Inquérito ao Emprego tem por objetivos, designadamente:

- fornecer uma medida direta e comparável internacionalmente das alterações infra-anuais do emprego e do desemprego;
- avaliar, ao longo do ano, determinados fenómenos do mercado de trabalho, tais como o emprego, o desemprego e as horas trabalhadas, entre outros;
- fornecer dados estruturais anuais relacionados com o nível de emprego e desemprego.

Periodicidade

O Inquérito ao Emprego é um inquérito realizado trimestralmente que fornece resultados trimestrais e anuais.

Período de referência

As características observadas no inquérito referem-se fundamentalmente à situação no decorrer de uma semana pré-definida (de Segunda a Domingo), denominada semana de referência. As semanas de referência são repartidas uniformemente pelo trimestre e ano. As entrevistas realizam-se normalmente na semana imediatamente seguinte à semana de referência.

População

O Inquérito ao Emprego é dirigido a residentes em alojamentos familiares no espaço nacional.

Consideram-se residentes no alojamento, os indivíduos que, na semana de referência, vivam nesse alojamento, considerando ser essa a sua residência principal, e ainda os indivíduos que estejam ausentes do alojamento por um período inferior a um ano.

O inquérito é alargado às pessoas a viver em alojamentos coletivos que se consideram ter alguma contribuição, real ou potencial, para o mercado de trabalho, como é o caso dos militares de carreira em quartéis, estudantes em escolas com internato ou em lares. A informação relativa a estas pessoas é recolhida nos alojamentos privados aos

quais possam ser associadas, isto é, que aí tenham residência.

São excluídos do âmbito deste inquérito todos os indivíduos a residir noutros alojamentos coletivos (hotéis, pensões e similares, instituições de assistência - asilos, orfanatos e lares de 3ª idade - e instituições religiosas) e indivíduos a viver em alojamentos móveis.

Base de amostragem

A amostra do Inquérito ao Emprego é selecionada a partir de uma base de amostragem (constituída por um ficheiro de alojamentos familiares) denominada “Amostra-Mãe”, que foi construída a partir dos dados do Recenseamento da População e Habitação de 2001 (Censos 2001).

Unidades de observação

São observados dois tipos de unidades: agregado doméstico privado e indivíduo.

A informação é recolhida para todos os indivíduos pertencentes ao mesmo alojamento.

Desenho da amostra

A amostra do Inquérito ao Emprego é do tipo painel com um esquema de rotação no qual os alojamentos permanecem na amostra durante seis trimestres consecutivos. A amostra total está dividida em seis subamostras (rotações) e em cada trimestre cada subamostra é substituída por outra depois de ter sido observada seis vezes.

Para a determinação da dimensão da amostra utilizaram-se os seguintes critérios:

- para cada região NUTS II e para a variável desemprego, desde que a sua representatividade amostral face à população em idade ativa seja de pelo menos 5%, o desvio-padrão relativo da média anual não poderá exceder 8% dessa estimativa;
- para qualquer subpopulação amostral cujo efetivo seja pelo menos 5% da população em idade ativa², o desvio-padrão relativo da estimativa da variação entre dois trimestres sucessivos, a nível nacional, não deverá exceder 3% dessa subpopulação.

² Considera-se “em idade ativa” os indivíduos que tiverem idade igual ou superior a 15 anos.

Recolha dos dados

O Inquérito ao Emprego é um inquérito por recolha direta. A informação é obtida através de entrevista direta ao indivíduo em questão ou a outro membro do agregado se o próprio não estiver presente e algum dos membros do agregado presentes for considerado apto a responder por ele.

A recolha da informação é feita através de entrevista assistida por computador (sistema CAPI – *Computer Assisted Personal Interviewing* ou CATI – *Computer Assisted Telephone Interviewing*). Segundo este modo de recolha misto, a primeira inquirição (primeira entrevista ao alojamento) é feita presencialmente e as cinco inquirições seguintes, se forem cumpridos determinados requisitos, são feitas por telefone.

Resultados

A proteção do segredo estatístico é assegurada através da supressão da identificação pessoal dos registos individuais, na fase de processamento da informação.

A extrapolação dos resultados é feita a partir de sistemas de ponderadores regionais, determinados a partir de estimativas independentes da população. Estes ponderadores são função das seguintes variáveis: região NUTS II por sexo e grupos etários quinquenais e ainda região NUTS III (ou agregações) por sexo ou grandes grupos etários.

É possível realizar apuramentos de qualquer uma das variáveis observadas, de acordo com as especificações pretendidas e respeitando a qualidade da informação, atendendo aos erros de amostragem que lhe estejam associados.

O INE pode ainda disponibilizar outro tipo de informação ou outro tipo de desagregação das variáveis, mediante pedido específico, desde que os erros de amostragem estejam dentro de valores aceitáveis e desde que a informação se enquadre no quadro conceptual e metodológico do inquérito.

Erros de amostragem

O objetivo de um inquérito por amostragem é o de generalizar a informação obtida numa amostra (fração reduzida da população) ao universo em análise, através de métodos que assegurem resultados para a população muito próximos da realidade.

Às estimativas obtidas associa-se uma margem de erro relativamente aos verdadeiros valores que se obteriam numa inquirição a toda a população, apresentada sob a forma de coeficiente de variação.

A partir da estimativa e do respetivo coeficiente de variação podem-se construir intervalos de confiança, os quais contêm o verdadeiro valor do parâmetro ou característica com uma certa probabilidade (geralmente

67%, 95% ou 99%), devendo para isso utilizar-se as seguintes expressões:

- Intervalo de confiança de 67% =
 $\text{estimativa} \pm 1 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa}$
- Intervalo de confiança de 95% =
 $\text{estimativa} \pm 1,96 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa}$
- Intervalo de confiança de 99% =
 $\text{estimativa} \pm 2,58 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa}$

Por exemplo, para determinar os intervalos de confiança para a variável cujo valor estimado seja de 5 605,6 milhares e o coeficiente de variação associado de 0,5%, deverá proceder-se da seguinte forma:

Intervalo de Confiança a 67%

Limite Inferior =

$$\text{estimativa} - 1 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 - 1 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,579,8.$$

Limite superior =

$$\text{estimativa} + 1 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 + 1 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,631,4.$$

Intervalo de Confiança a 95%

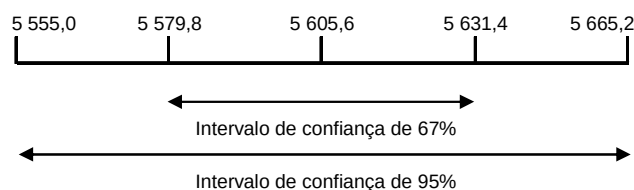
Limite Inferior =

$$\text{estimativa} - 1,96 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 - 1,96 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,555,0.$$

Limite superior =

$$\text{estimativa} + 1,96 \times \text{coeficiente de variação} \times \text{estimativa} = 5\,605,6 + 1,96 \times 0,005 \times 5\,605,6 = 5\,665,2.$$

No seguinte diagrama podemos observar os dois intervalos de confiança calculados anteriormente. O diagrama ilustra a forma como o intervalo aumenta de acordo com a probabilidade deste conter o verdadeiro valor da variável.



No Quadro C apresentam-se os valores dos coeficientes de variação, para as principais variáveis, e os intervalos de confiança respetivos.

Quadro C: Precisão de alguns resultados
3º trimestre de 2011

Variáveis	Estimativa (milhares)	C.V. (%)	Intervalo de confiança de 95%	
			Limite inferior	Limite superior
População ativa	5 543,4	0,4	5 499,9	5 586,9
População empregada	4 853,7	0,6	4 796,6	4 910,8
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (a)	478,5	3,7	443,8	513,2
Indústria, construção, energia e água (a)	1 332,3	1,9	1 282,7	1 381,9
Serviços (a)	3 043,0	1,1	2 977,4	3 108,6
População desempregada	689,6	2,7	653,1	726,1
Procura 1º emprego	75,6	7,3	64,8	86,4
Procura novo emprego	614,0	2,9	579,1	648,9
População inativa	5 105,3	0,5	5 055,3	5 155,3

Nota: (a) As estimativas apresentadas têm como referência a CAE-Rev. 3.

Classificações

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, Versão de 2002, estabelecida pelo decreto-lei nº. 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003 (NUTS-2002).

- Nível II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

CAE-Rev. 3 – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3.

CPP-10 – Classificação Portuguesa de Profissões, Versão 2010.

4. CONCEITOS

Desempregado: indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como **diligências**:

- contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- contacto com empregadores;
- contactos pessoais ou com associações sindicais;
- colocação, resposta ou análise de anúncios;
- procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- realização de provas ou entrevistas para seleção;
- solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de **disponibilidade** para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

- no desejo de trabalhar;
- na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar numa data posterior à do período de referência (nos próximos três meses).

Desempregado à procura de novo emprego: indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura de primeiro emprego: indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado de longa duração: indivíduo desempregado à procura de emprego há 12 ou mais meses.

Empregado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego;
- tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica;
- estava em situação de pré-reforma mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Inativo desencorajado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- pretendia trabalhar;
- estava ou não disponível para trabalhar, num trabalho remunerado ou não;
- não fez diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar trabalho, com os seguintes motivos para o desencorajamento: considerou não ter idade apropriada, considerou não ter instrução suficiente, não soube como procurar, achou que não valia a pena procurar ou achou que não havia empregos disponíveis.

Inativo disponível: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- pretendia trabalhar;
- estava disponível para trabalhar, num trabalho remunerado ou não;
- não fez diligências ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar trabalho.

Nível de escolaridade completo: refere-se ao nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu, em termos de níveis e graus do sistema formal de ensino, isto

é, do ensino básico, secundário e superior, e obteve o respetivo certificado ou diploma.

População ativa: conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População inativa: conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório.

Situação na profissão: relação de dependência ou independência de um indivíduo ativo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

Subemprego visível: conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, tinham um trabalho com duração habitual inferior à duração normal do posto de trabalho e que declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalham em todas as atividades e estão disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas.

Taxa de atividade: taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população.

$$T.A. (\%) = (\text{População ativa} / \text{População total}) \times 100$$

Taxa de atividade (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade).

$$T.A. (\%) = (\text{Pop. ativa} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de desemprego: taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

$$T.D. (\%) = (\text{População desempregada} / \text{População ativa}) \times 100$$

Taxa de desemprego de longa duração: taxa que permite definir o peso da população desempregada há 12 ou mais meses sobre o total da população ativa.

$$T.D. (\%) = (\text{População desempregada há 12 ou mais meses} / \text{População ativa}) \times 100$$

Taxa de emprego (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade).

$$T.E. (\%) = (\text{Pop. empregada} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de inatividade (15 e mais anos): taxa que permite definir a relação entre a população inativa em idade ativa (com 15 e mais anos de idade) e a população total em idade ativa.

$$T.I. (\%) = (\text{Pop. Inativa com 15 e mais anos} / \text{Pop. com 15 e mais anos}) \times 100$$

Taxa de variação anual: a variação anual compara o nível médio da variável dos quatro trimestres do último ano com o dos quatro trimestres do ano imediatamente anterior. Por ser uma média, esta taxa de variação é menos sensível a alterações esporádicas na variável.

Taxa de variação homóloga: a variação homóloga compara o nível da variável entre o trimestre corrente e o mesmo trimestre do ano anterior. Esta taxa de variação, perante um padrão estável de sazonalidade, não é afetada por oscilações desta natureza podendo, no entanto, ser influenciada por efeitos localizados num trimestre específico.

Taxa de variação trimestral: a variação trimestral compara o nível da variável entre dois trimestres consecutivos. Embora seja um indicador que permite um acompanhamento corrente do andamento da variável, o cálculo desta taxa de variação é particularmente influenciado por efeitos de natureza sazonal e outros mais específicos localizados num (ou em ambos) dos trimestres comparados.

Trabalhador a tempo completo: trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial: trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo: indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: 1) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; 2) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente: indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado: indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador por conta de outrem: indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria: indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não,

obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como isolado: indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que habitualmente não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para trabalhar(em) com ele. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador por conta própria como empregador: indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

5. OUTRA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

População total

1. População com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo, por grupo etário e sexo
2. População com 15 e mais anos segundo a autoclassificação em termos de ocupação, por condição perante o trabalho
3. População com 15 e mais anos segundo a autoclassificação em termos de ocupação um ano antes, por autoclassificação em termos de ocupação atual

População empregada

4. População empregada por atividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo
5. População empregada segundo o setor de atividade principal (CAE-Rev. 3), por situação na profissão principal e sexo
6. População empregada segundo o setor de atividade principal (CAE-Rev. 3), por regime de duração do trabalho e sexo
7. População empregada segundo o setor de atividade principal (CAE-Rev. 3), por antiguidade no emprego atual
8. População empregada segundo o setor de atividade principal (CAE-Rev. 3), por tipo de horário de trabalho e sexo
9. População empregada segundo o setor de atividade principal (CAE-Rev. 3), por duração semanal habitual do trabalho e sexo
10. População empregada segundo o setor de atividade principal (CAE-Rev. 3), por nível de escolaridade completo e sexo
11. População empregada segundo o setor de atividade principal (CAE-Rev. 3), por exercício de atividade secundária e sexo
12. População empregada com atividade secundária segundo o setor de atividade secundária, por setor de atividade principal (CAE-Rev. 3)
13. População empregada segundo a situação na profissão principal, por profissão principal (CPP-10)
14. População empregada segundo a situação na profissão principal, por nível de escolaridade completo e sexo
15. Trabalhadores por conta de outrem segundo o setor de atividade principal (CAE-Rev. 3), por tipo de contrato de trabalho e sexo
16. Trabalhadores por conta de outrem por profissão principal (CPP-10) e sexo
17. Trabalhadores por conta de outrem por atividade principal (CAE-Rev. 3) e sexo

População desempregada

18. População desempregada por tipo de desemprego, duração da procura de emprego e sexo
19. População desempregada por diligências feitas para encontrar trabalho
20. População desempregada à procura de novo emprego por situação na profissão anterior e sexo
21. População desempregada à procura de novo emprego por setor da atividade anterior (CAE-Rev. 3) e sexo

Regiões NUTS II

22. População total segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por grupo etário e sexo
23. População total, ativa, empregada, desempregada e inativa segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por sexo

24. População total, ativa, empregada, desempregada e inativa segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por grupo etário
25. População ativa segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por nível de escolaridade completo
26. População inativa segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por categoria de inatividade
27. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por atividade principal (CAE-Rev. 3)
28. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por profissão principal (CPP-10)
29. População empregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por situação na profissão principal
30. Trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por setor de atividade principal (CAE-Rev. 3) e escalão de rendimento salarial mensal líquido
31. Rendimento salarial médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por setor de atividade principal (CAE-Rev. 3)
32. População desempregada segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por tipo de desemprego e duração da procura de emprego
33. Taxa de atividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inatividade segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por sexo
34. Taxa de atividade, taxa de emprego, taxa de desemprego e taxa de inatividade segundo a região de residência NUTS II (NUTS – 2002), por grupo etário

Nota: Estes quadros encontram-se disponíveis, em formato Excel e CSV, em:

http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_INE/Publicacoes (selecionando Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2011).

6. TEMA EM ANÁLISE

Conciliação da vida profissional com a vida familiar – Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego de 2010

Francisco Lima* – Instituto Superior Técnico e CEG-IST

Ana Neves* – Instituto Nacional de Estatística

1. Introdução

O tema da conciliação da vida profissional com a vida familiar tem vindo a ter cada vez mais importância no contexto das mudanças económicas, demográficas e sociais ocorridas ao longo dos últimos anos nas sociedades desenvolvidas.

A sua atual relevância provém, essencialmente, do crescente aumento da taxa de atividade feminina que, conjugado com os novos ritmos do mercado de trabalho, decorrentes da globalização, da maior exigência organizacional e da maior competitividade, pressiona a redefinição dos papéis tradicionalmente atribuídos aos homens e às mulheres.

No plano demográfico e social, destacam-se outros fenómenos pelo peso que assumem na mudança da relação entre homens e mulheres e pela urgência que reclamam quanto à necessidade de se encontrar outras formas de organização da vida em sociedade. Os baixos índices de natalidade e o aumento da esperança média de vida têm conduzido a um processo de envelhecimento gradual e generalizado da população. As famílias são cada vez mais pequenas no que respeita à sua dimensão, com redes de parentesco e de ajuda familiar mais estreitas, e o número de idosos dependentes é cada vez maior.

Por sua vez, a mudança da estrutura familiar tradicional com o aparecimento de novos modelos de família, em consequência do aumento de divórcios, de nascimentos fora do casamento e de uniões conjugais informais, trás consigo outro tipo de responsabilidades, de exigências e de valores.

Acresce ainda que o incremento dos níveis de formação escolar das camadas mais jovens da população, a par com o significativo aumento da escolaridade das mulheres, é outro aspeto que tem contribuído para o surgimento e reforço de uma nova consciência quanto às expectativas em relação ao trabalho e à igualdade de oportunidades.

* As opiniões expressas no *Tema em análise* são da inteira responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Instituto Nacional de Estatística.

Todas estas transformações refletem-se diretamente na vida profissional e social de ambos os sexos e criam entraves à sua articulação. As dificuldades sentidas pelas pessoas e famílias em equilibrar as suas responsabilidades familiares com o exercício de uma atividade profissional são cada vez maiores. Por um lado, a participação ativa da família no processo de desenvolvimento das crianças e no apoio aos mais idosos e a outros adultos dependentes é tida como fundamental, sendo um assunto amplamente referenciado e defendido pelas novas teorias da psicologia moderna.

Por outro lado, as exigências do mercado de trabalho impõem o recrutamento de profissionais cada vez mais qualificados, disponíveis e com elevados níveis de produtividade.

A definição de mecanismos e a determinação de objetivos que facilitem essa relação têm sido matéria de preocupação e de discussão a nível europeu.

A política de género da União Europeia, no âmbito da Decisão do Conselho relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros em 2002, estabeleceu como prioridade a igualdade de integração no mercado de trabalho entre homens e mulheres e a promoção de medidas que possibilitem uma partilha igual de responsabilidades familiares e profissionais.¹ Exigências semelhantes encontram-se nas diretrizes comuns de emprego de 2003. A reconciliação entre a vida profissional e a familiar foi, igualmente, um elemento chave nos objetivos comuns do Processo Social de Inclusão, definido em 2000 no Conselho Europeu de Lisboa.²

Mais recentemente, as “Orientações para o Emprego” emanadas pela Decisão 2008/618/CE do Conselho³, o “Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres”⁴ e o “Pacto Europeu para a Igualdade entre os Sexos”⁵ da Comissão Europeia reforçam essas linhas de ação e encorajam os Estados-Membros a adotar medidas que promovam um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar para ambos os sexos, com a flexibilização

¹ Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 60 de 01.03.2002.

² Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º C 82 de 13.03.2001.

³ Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 198 de 26.07.2008.

⁴ Adotado em 01.03.2006, COM(2006) 92 final.

⁵ Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Bruxelas de 23- 24 de Março de 2006.

das condições de trabalho, com o aumento do número e acessibilidade às estruturas de cuidados para crianças e para outros dependentes e com a criação de medidas destinadas a incentivar os homens a exercer o direito à licença parental ou a trabalhar a tempo parcial.

Neste âmbito, é fundamental dispor de informação harmonizada e comparável ao nível comunitário que possibilite a monitorização dos progressos na consecução dos objetivos da estratégia comum de emprego e medir o impacto das políticas recentes nesta área.

Assim, foi definido um conjunto de variáveis adicionais ao *Labour Force Survey* (Inquérito ao Emprego, na denominação portuguesa), designado por módulo *ad hoc* 2010 sobre a conciliação da vida profissional com a vida familiar.

O texto deste tema em análise obedece à seguinte estrutura:

- Apresentação do módulo no que concerne ao seu enquadramento comunitário, principais objetivos e população a que se destina.
- Síntese dos principais resultados do módulo.
- Estudo da decisão de participação na vida ativa e conciliação com a vida familiar.
- Conclusões.

Os quadros com os resultados do módulo e dos modelos estimados encontram-se no anexo, no final do texto.

2. Apresentação do módulo 2010

O módulo em estudo foi realizado no 2º trimestre de 2010, juntamente com o Inquérito ao Emprego e insere-se no programa de módulos *ad hoc* do Eurostat para o período 2010-2012. As suas especificações foram estabelecidas no Regulamento (CE) n.º 20/2009, de 13 de janeiro de 2009.

O módulo teve por finalidade a recolha de dados que permitissem analisar o modo como a vida profissional e a vida familiar interagem e em que medida se condicionam mutuamente e centrou-se, fundamentalmente, em três grandes objetivos:

1. Avaliar se as responsabilidades de cuidar de crianças ou de adultos dependentes necessitados de cuidados condicionam ou impedem a participação na vida ativa e saber se os motivos inerentes a esses constrangimentos ou impedimentos estão diretamente relacionados com a falta de serviços de acolhimento.
2. Analisar o grau de flexibilidade da entidade empregadora em relação às responsabilidades familiares dos empregados.
3. Saber em que medida os indivíduos reduzem o horário do trabalho, interrompem a atividade profissional e utilizam a licença parental a tempo completo para cuidar dos filhos.

A população de referência foi constituída pelos indivíduos com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, o que correspondeu a 66,9% da população inquirida pelo Inquérito ao Emprego no 2º trimestre de 2010, dos quais 49,5% eram homens e 50,5% mulheres. Algumas das variáveis foram observadas para subgrupos deste universo de indivíduos.

O presente módulo constituiu a segunda inquirição no âmbito desta temática. A primeira recolha de informação ocorreu no 2º trimestre de 2005, cujos principais resultados e respetiva análise podem ser encontrados na publicação “Estatísticas do Emprego – 1º trimestre de 2007”, no capítulo “Tema em análise”.

Ainda que as duas inquirições tivessem o mesmo propósito, na prática as diferenças quanto às variáveis de observação, aos universos de referência e aos critérios de resposta limitam a comparabilidade dos resultados, requerendo cuidados adicionais e conhecimento da metodologia de ambas as operações estatísticas.⁶

3. Síntese dos principais resultados do módulo 2010

Prestação regular de cuidados a outras crianças com menos de 15 anos, para além dos filhos ou filhos do cônjuge, ou a outras pessoas dependentes com 15 ou mais anos (Quadro 1)

Esta variável foi dirigida aos indivíduos dos 15 aos 64 anos – 7 113,6 mil indivíduos.

Deste universo de indivíduos, 14,2% declarou cuidar de outras crianças ou de pessoas doentes, incapacitadas ou idosas. Essa percentagem foi maior nas mulheres (18,1%) do que nos homens (10,2%). As mulheres continuam a ser os principais agentes na prestação de cuidados: de entre os que referiram ter este tipo de responsabilidades, 64,4% eram mulheres e 35,6% eram homens. Apesar das diferenças entre os sexos, estes resultados representam uma evolução no sentido de um maior equilíbrio na divisão deste tipo de tarefas entre homens e mulheres face aos obtidos na inquirição de 2005.

Em relação a 2005, não só aumentou o número de pessoas que cuidam de outras crianças ou de pessoas dependentes, como também se observou um acréscimo da proporção de homens.

Na inquirição de 2005, dos 7 109,2 mil indivíduos dos 15 aos 64 anos, apenas 8,8% tomavam conta de outras crianças ou de pessoas dependentes. Destes, 72,3% eram mulheres e 27,7% eram homens.

⁶ O documento metodológico do módulo de 2010 encontra-se disponível em:

<http://metaweb.ine.pt/sim/operacoes/Pesquisa.aspx?ID=PT>

Utilização de serviços de acolhimento para o filho ou filho do cônjuge mais novo com menos de 15 anos que viva no agregado (Quadros 2 e 3)

Variável dirigida aos indivíduos dos 15 aos 64 anos com pelo menos um filho ou filho do cônjuge/companheiro com menos de 15 anos a residir no agregado, que correspondeu a 2 110,4 mil indivíduos.

Os serviços de acolhimento aqui considerados dizem respeito aos serviços de apoio social, educativo ou cultural prestados por entidades públicas ou privadas ou de foro particular mediante remuneração (creches, amas, Jardins de Infância, pré-escola, Centros de Atividades de Tempos Livres, *baby-sitters*, por exemplo). Os esquemas de entreaajuda familiar, com recurso a vizinhos, a amigos ou a conhecidos (não remunerados) foram excluídos do âmbito da variável, bem como os clubes desportivos e práticas desportivas, cursos de línguas e outras atividades de aprendizagem (dança, pintura, entre outros).

Assim, de acordo com os resultados do módulo de 2010, mais de metade dos indivíduos não utilizou serviços de acolhimento (59,9%). Para 39,9%, a frequência deste tipo de estruturas de apoio para crianças era uma prática habitual.

Tendo em consideração o sexo, não se observaram diferenças significativas. Porém, a percentagem de homens que afirmou recorrer a serviços de acolhimento foi ligeiramente superior à das mulheres (40,3% e 39,5%, respetivamente). Pelo contrário, foram as mulheres que apresentaram a percentagem mais elevada na categoria “não utiliza serviços de acolhimento”: 60,2% contra 59,5%, no caso dos homens.

A comparação com os resultados de 2005 exige que se delimite a população alvo aos indivíduos que, de entre os que reuniam as condições de elegibilidade acima descritas, estavam empregados. Assim sendo, do total de indivíduos que, no 2º trimestre de 2010, se encontravam empregados, 56,1% não utilizava serviços de acolhimento e 43,6% declarou fazê-lo. Nesta ótica de análise, o comportamento dos homens e das mulheres inverte-se: a maior percentagem de utilização de serviços de acolhimento coube às mulheres (46,1%), enquanto a maior percentagem de não utilização de serviços de acolhimento foi observada nos homens (58,5%).

Em relação a 2005, o recurso aos serviços de acolhimento para crianças teve um aumento significativo. Dos 1 828,2 mil indivíduos que, no 2º trimestre de 2005, estavam empregados e que tinham pelo menos um filho ou filho do cônjuge com menos de 15 anos a residir no agregado, 33,9% declarou socorrer-se dos serviços de acolhimento para cuidarem dos filhos enquanto trabalhavam. Face a este resultado, o valor obtido em 2010 representa um acréscimo de 9,7 pontos percentuais.⁷

⁷ Faz-se notar, contudo, que a resposta à variável de 2005 podia reportar-se a qualquer um dos filhos ou filhos do

O âmbito da variável no módulo de 2005 era mais abrangente, pois permitia identificar a prestação de cuidados às crianças numa base informal. Dos 1 206,5 mil indivíduos que em 2005 não utilizavam serviços de acolhimento (entendidos na perspetiva de 2010), 56,8% deixaram a guarda dos filhos entregue a familiares, vizinhos, amigos ou conhecidos, o que atesta a importância que as redes de entreaajuda ainda assumem na organização familiar.

Razão para não trabalhar ou para trabalhar a tempo parcial relacionada com os serviços de acolhimento para crianças com menos de 15 anos ou para pessoas dependentes com 15 e mais anos (Quadro 4)

Variável dirigida aos indivíduos dos 15 aos 64 anos, não empregados ou empregados a tempo parcial, que cuidam regularmente de outras crianças com menos de 15 anos ou de pessoas dependentes com 15 e mais anos ou que têm pelo menos um filho ou filho do cônjuge/companheiro com menos de 15 anos a residir no agregado, que correspondeu a 623,6 mil indivíduos.

Para 77,9% dos indivíduos naquelas condições o facto de não trabalharem ou de trabalharem a tempo parcial não está relacionado com a falta de serviços de acolhimento adequados às necessidades, possibilidades ou com níveis de qualidade desejados.⁸ Esta percentagem revelou-se de forma mais expressiva nas mulheres do que nos homens (78,8% e 75,2%, respetivamente).

Não obstante, dos 33,0 mil indivíduos que responderam que a sua participação no mercado de trabalho está condicionada pela falta de serviços de acolhimento, 91,5% foram mulheres.

Para esta variável a comparação com os resultados obtidos em 2005 é inviável, dadas as diferenças significativas (quanto à sua natureza, estrutura e população a que se destina) existentes entre os dois momentos de inquirição e que não permitem isolar universos de referência minimamente compatíveis.

cônjuge/companheiro com menos de 15 anos a residir no agregado e não apenas ao filho mais novo.

⁸ A expressão “falta de serviços de acolhimento” é bastante lata e aceita como válidas razões como, por exemplo: inexistência de serviços de acolhimento disponíveis dentro da área geográfica pretendida, não há vagas, o horário praticado não é compatível com as necessidades; os serviços de acolhimento disponíveis são demasiado caros; os serviços de acolhimento disponíveis não têm qualidade suficiente devido à sobrelotação do espaço, à insuficiência de recursos humanos, à falta de formação das pessoas ao serviço, à falta de equipamentos e materiais adequados ou em mau estado.

Possibilidade de alterar o horário de trabalho diário por razões familiares⁹ (Quadros 5 e 6)

Variável dirigida aos trabalhadores por conta de outrem dos 15 aos 64 anos com um horário de trabalho diário fixo ou determinado pela entidade patronal em função das necessidades laborais, que correspondeu a 3 545,5 mil indivíduos. Neste universo também foram incluídos os indivíduos que declararam ter “outro tipo de horário” (diferente de horário flexível ou de horário sem limites formais) ou que não responderam à caracterização do horário devido a “não sabe” ou “recusa”.

Mais de metade dos indivíduos entrevistados (55,0%) mencionou ser possível reduzir o seu horário de trabalho diário, em pelo menos uma hora, por razões familiares, sem ter de recorrer a direitos concedidos por lei. Esta percentagem foi, no entanto, mais elevada nas mulheres (56,2%) do que nos homens (53,9%).

No conjunto dos indivíduos que disseram ter alguma flexibilidade na gestão do horário de trabalho, as diferenças por sexo, quanto à frequência com que o podem fazer, são praticamente insignificantes: 57,6% dos homens e 57,7% das mulheres têm geralmente a possibilidade de diminuir a carga horária de trabalho em função das responsabilidades familiares.

Apesar de parte significativa dos trabalhadores por conta de outrem não ter possibilidade de flexibilizar o horário de trabalho diário (44,5%), o valor obtido representa uma ligeira melhoria no apoio aos empregados com responsabilidades familiares. Em 2005, a percentagem de trabalhadores por conta de outrem dos 15 aos 64 anos (3 775,6 mil) que não podia variar a carga horária de trabalho foi na ordem dos 47,1%.¹⁰

Possibilidade de ausentar-se do trabalho durante dias completos por razões familiares (Quadro 7)

Variável dirigida aos trabalhadores por conta de outrem dos 15 aos 64 anos, o que correspondeu a 3 831,7 mil indivíduos.

Ao contrário do observado no indicador anterior, a maioria dos indivíduos (62,6%) afirmou não poder ausentar-se do trabalho, durante dias completos, por motivos familiares, sem utilizar dias de férias ou licenças previstas por lei. Esta percentagem é semelhante em ambos os sexos (62,4% nos homens e 62,7% nas mulheres).

A distribuição dos que têm essa possibilidade (36,9%) pelas categorias “geralmente” e “raramente” processou-se de igual forma (50% em ambas).

⁹ Exemplos de “razões familiares”: idas a consultas médicas, doença, acidente ou operação de familiar, colégio/escola fechada temporariamente, idas a eventos escolares ou familiares, tratar de assuntos legais, administrativos ou outros.

¹⁰ O módulo de 2005 não previa a caracterização do horário de trabalho dos trabalhadores por conta de outrem, pelo que os universos em comparação não obedecem integralmente aos mesmos critérios de seleção.

Em relação a 2005, também aqui se verificou um aumento do peso relativo dos que podem organizar o tempo de trabalho, de modo a poderem ausentar-se do trabalho durante dias, e uma diminuição dos que indicaram não ser de todo possível fazê-lo. As percentagens obtidas na altura foram de 33,3% e 65,9%, respetivamente.

Redução do horário de trabalho, interrupção da carreira ou término da atividade profissional, licença parental a tempo completo, durante pelo menos um mês, para cuidar do filho ou filho do cônjuge mais novo com menos de 8 anos (Quadros 8, 9 e 10)

Variáveis direcionadas aos indivíduos dos 15 aos 64 anos com pelo menos um filho ou filho do cônjuge/companheiro com menos de 8 anos a residir no agregado, empregados e não empregados que terminaram o último emprego um ano antes ou em data igual ou posterior ao nascimento do filho mais novo, o que correspondeu a 1 235,7 mil indivíduos.

Saliente-se que as reduções do horário de trabalho e as interrupções de carreira podem ter por base todo o tipo de arranjos ou combinações, quer sejam resultantes de acordos formais ou informais entre o trabalhador e o empregador, quer sejam resultantes de direitos consagrados na lei, quer sejam resultantes de decisão individual.

Do total de indivíduos em análise, 91,1% nunca reduziram o horário de trabalho para dar assistência aos filhos, pese embora esta percentagem tenha sido mais elevada nos homens (96,0%) dos que nas mulheres (86,5%). Dos que optaram por diminuir, num dado momento e pelo menos durante um mês, o ritmo de trabalho em benefício dos filhos, 78,6% eram mulheres.

A interrupção da carreira ou o término da atividade profissional para cuidar dos filhos, não contando com a licença de maternidade ou de paternidade, também se revelou ser uma estratégia de conciliação com uma baixa adesão por parte dos indivíduos inquiridos. Apenas 10,1% referiu ter interrompido ou parado de trabalhar, pelo menos durante um mês, por aquele motivo. As diferenças associadas ao sexo fazem-se notar aqui de forma bastante clara, dado que essa percentagem nos homens foi de 2,8% e nas mulheres de 17,0%.

O mesmo comportamento se verifica em relação à licença parental.¹¹ Embora seja uma medida importante de apoio

¹¹ A licença parental aqui observada abrange a “licença parental complementar” e a “licença para assistência a filho”. Após o gozo da licença de maternidade/paternidade (atualmente designada por licença parental inicial) e da licença parental exclusiva do pai, os pais trabalhadores têm direito ao gozo de “licença parental complementar” para assistência a filho com menos de seis anos, biológico, adotado ou enteado, durante três meses (se a tempo completo) ou doze meses (se a tempo parcial), finda a qual podem beneficiar da “licença para assistência a filho”, de modo consecutivo ou interpolado, até ao limite de dois anos. Não têm caráter obrigatório e não exigem o consentimento da entidade patronal. O seu gozo depende da vontade dos progenitores e de um aviso prévio de trinta dias por escrito à entidade patronal.

à articulação da vida profissional com a familiar, com avanços notáveis em termos legislativos, o número de pessoas que reclamou esse direito revelou-se baixo e correspondeu a 14,4% do total de indivíduos entrevistados em 2010.

Note-se que as licenças parentais exercidas a tempo parcial ou de duração inferior a um mês não qualificavam para uma resposta positiva. Apenas as licenças parentais a tempo completo e com uma duração mínima de um mês foram tidas em consideração.

A comparação dos resultados das variáveis acima referidas com os do módulo de 2005 não é possível, devido a diferenças metodológicas significativas.¹²

4. Participação na vida ativa

Um dos três principais objetivos do módulo de 2010 foi o de saber até que ponto a participação na vida ativa é conciliada com a vida familiar. Diversos fatores podem influenciar a decisão de participar na vida ativa, como sejam a idade, o nível de escolaridade, o sexo e a estrutura familiar. É possível caracterizar a estrutura familiar a partir do Inquérito ao Emprego, nomeadamente, saber o estado civil de cada indivíduo e o número e idade dos filhos presentes no agregado familiar.

A população em análise nesta secção é constituída pelos indivíduos dos 15 aos 64 anos de idade, mas excluindo os inativos estudantes. Esta população respondeu simultaneamente ao Inquérito ao Emprego e ao módulo no 2º trimestre de 2010. Os estudantes são excluídos, porque devem ser tratados como um grupo à parte na análise da decisão de participação na vida ativa. A participação é definida pelo conjunto de pessoas que no trimestre se encontrava empregada ou desempregada.

A separação da população analisada em homens e mulheres mostra algumas diferenças. O Quadro 11 apresenta a distribuição pelas modalidades de resposta para cada uma das variáveis analisadas nesta secção. A participação dos homens (88%) está 10 pontos percentuais (p.p.) acima da das mulheres (78%). A maioria (2/3) da população em análise detém no máximo o 3º ciclo do ensino básico (9º ano). As mulheres detêm, em média, uma maior escolaridade (18% detêm um nível de ensino superior contra 12% nos homens). Não existem

diferenças significativas na idade, sendo a média de 42 anos para ambos os sexos.

Definiram-se escalões etários para os filhos que seguem de perto os ciclos de frequência da escola: até 2 anos, correspondendo ao período antes do pré-escolar; dos 3 aos 5 anos, correspondendo ao pré-escolar; dos 6 aos 9 anos, correspondendo ao 1º ciclo do ensino básico; dos 10 aos 14 anos, correspondendo ao 2º e 3º ciclos do ensino básico; mais de 14 anos, correspondendo ao ensino secundário ou a níveis mais elevados de escolaridade.

A distribuição dos filhos é muito similar para homens e mulheres, exceto para os filhos mais velhos (com mais de 14 anos). Reflexo provável de, nos divórcios, os filhos terem uma maior probabilidade de ficar com a mãe. Adicionalmente, como se verifica nas variáveis respeitantes ao estado civil, existe uma maior proporção de viúvos do sexo feminino.

Foram definidos quatro indicadores (0,1) para o estado civil: solteiro (o estado omissivo para comparação), casado, viúvo e divorciado. A maioria dos homens (70%) e das mulheres (72%) encontram-se casados. Nas mulheres, a proporção de viuvez (3%) e de divórcio (6%) é ligeiramente superior à dos homens (2 p.p. acima em ambos os casos).

A distribuição dos homens e das mulheres por região de residência é muito semelhante entre si. A maioria da população concentra-se nas regiões Norte, Lisboa e Centro.

Participação na vida ativa

O Quadro 12 mostra a distribuição da participação na vida ativa e a taxa de atividade por sexo e grupo etário da população em análise – pessoas com idades dos 15 aos 64 anos excluindo as inativas estudantes. No total, os homens detêm uma maior taxa de atividade (87,8%) do que as mulheres (78,2%). A taxa de atividade é maior no grupo etário dos 25 aos 34 anos para ambos os sexos: 96,0% nos homens e 91,5% nas mulheres. É neste grupo etário que a diferença nas taxas entre sexos é menor (4,5 p.p.). Nos grupos etários superiores, a taxa decresce e a diferença entre sexos aumenta. A diferença chega aos 14,9 p.p. no último grupo etário (55-64 anos): 62,2% dos homens contra 47,3% das mulheres participam na vida ativa.

Número de filhos

A distribuição do número de filhos por escalão etário da mulher (Quadro 13) indica que 41,6% do total das mulheres em estudo não têm filhos (ou têm, mas não estão presentes no agregado). Ainda para o total das mulheres, 31,2% têm um filho, 22,6% têm dois e apenas 4,6% têm mais de dois filhos. Por grupos etários, diminui a percentagem de mulheres sem filhos à medida que a

¹² (a) As variáveis “Redução do horário de trabalho” e “Interrupção da carreira ou término da atividade profissional” não foram objeto de observação no módulo de 2005. (b) Divergência de critérios de resposta associados à licença parental quanto ao período de referência a que se reporta a informação (2005: últimos doze meses; 2010: não é imposto um período temporal específico), quanto ao tipo e duração da licença parental (2005: licença parental a tempo completo ou parcial, não existindo a determinação de um período mínimo de gozo; 2010: licença parental a tempo completo durante pelo menos um mês). Acresce que a resposta em 2005 podia respeitar a qualquer um dos filhos dentro do limite etário estabelecido (menos de oito anos) e não apenas em relação ao mais novo, tal como aconteceu em 2010.

idade aumenta. A exceção encontra-se no último grupo etário 55-64 anos, pois é de esperar que neste grupo uma parte substancial dos filhos já não esteja a viver no mesmo alojamento dos pais. Os grupos etários entre os 35 e os 54 anos apresentam o maior número de filhos: aproximadamente 70% das mulheres têm um ou dois filhos e entre 6% e 8% têm mais de dois filhos.

Idade dos filhos

Sabendo que os filhos, especialmente os mais novos, influenciam a organização da vida familiar e profissional, o Quadro 14 considera a distribuição da presença no agregado de um ou mais filhos com diferentes idades, por grupos etários da mãe.

À medida que aumenta a idade dos filhos presentes no agregado, a idade da mãe também aumenta, como seria de esperar. Para filhos até dois anos, 8,9% têm mães no primeiro grupo etário (15-24 anos) e 64% no segundo (25-34 anos). Quando os filhos têm mais de 14 anos, 46,7% têm mães no penúltimo grupo etário (45-54 anos) e 26,8% têm mães no último grupo etário (55-64 anos). Ainda assim, no caso dos filhos com mais de 14 anos, os dados estão enviesados para baixo, dado que só se está a considerar filhos presentes no agregado familiar.

A decisão de participar na vida ativa

Com o objetivo de estudar a decisão de participar na vida ativa e verificar como se relaciona com a composição da família e outras características das pessoas, definiu-se um modelo de probabilidade. A variável a explicar será a participação ou não na vida ativa, definida como variável binária, sendo um quando a pessoa participa no mercado de trabalho (empregada ou desempregada) e zero quando não participa. A probabilidade depende do nível de escolaridade da pessoa, da sua idade (definida em termos quadráticos para capturar efeitos não lineares), presença de filhos com diferentes idades, estado civil e região de residência.¹³ Como é evidente na secção anterior e no Quadro 11, existem diferenças significativas entre sexos no que diz respeito à conciliação da vida profissional com a vida familiar. Em consequência, o modelo foi estimado em separado para cada um dos sexos.

Os resultados da estimação são apresentados sob a forma de variações na probabilidade de participar na vida ativa (Quadro 15). Estas variações na probabilidade devem ser lidas como efeitos parciais de cada uma das variáveis (quando todas as outras são mantidas constantes). Dito de outra maneira, reflete a associação entre cada uma das variáveis e a probabilidade de participar na vida ativa obtida a partir de um modelo em que todas as variáveis entram em simultâneo. Nos pontos

que se seguem, apresentam-se os principais resultados da estimação.

Escolaridade

- A escolaridade tem um efeito positivo na participação na vida ativa para ambos os sexos.
- O efeito é maior para as mulheres.
- Quando a mulher detém o ensino secundário completo, a probabilidade de participar na vida ativa aumenta em 8,0 p.p.. Quando detém o nível de ensino superior, aumenta em 14,5 p.p.. Em ambos os casos, o ponto de comparação são as mulheres com, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico (grupo de comparação).
- Nos homens, a variação na probabilidade é de 3,5 p.p. e 4,4 p.p., respetivamente.

Idade

- O efeito da idade é positivo para ambos os sexos, mas não é linear – quando a idade aumenta, o efeito positivo é cada vez menor, tornando-se negativo perto da idade de reforma.
- O efeito da idade é mais acentuado para as mulheres, algo já detetado quando se compararam as taxas de atividade entre sexos (Quadro 12).

Filhos

- A relação entre os filhos e a participação na vida ativa é negativa para as mulheres com filhos com idades até aos 9 anos (o ponto de comparação é de zero filhos no agregado).
- A variação negativa na probabilidade é de: 8,0 p.p. para filhos com menos de 3 anos; 4,5 p.p. para filhos dos 3 aos 5 anos; e 3,3 p.p. para filhos dos 6 aos 9 anos.
- No caso dos homens, a relação é positiva, especialmente no caso dos filhos mais velhos.

Estado civil

- Comparando com os solteiros, os homens casados têm uma maior probabilidade de participação na vida ativa (10,5 p.p.), assim como os viúvos (3,7 p.p.) e os divorciados (2,2 p.p.).
- Para as mulheres, o único efeito significativo é o das divorciadas, com um aumento na probabilidade de participar na vida ativa em 6,2 p.p..

Região de residência

- No caso das mulheres, comparando com a região Norte, todas as restantes regiões do Continente têm associada uma maior

¹³ Os detalhes do modelo podem ser pedidos aos autores. As estimativas consideram as ponderações dos valores amostrais para serem válidos para a população.

probabilidade de participação no mercado de trabalho.

- A exceção são as regiões autónomas, onde o efeito da R. A. da Madeira não é significativo e o da R. A. Açores é negativo (-12,7 p.p.).
- No caso dos homens, os efeitos não são significativos nas duas regiões autónomas e em Lisboa, não se distinguindo do Norte em termos de participação na vida ativa. Nas restantes regiões, o efeito é positivo, mas mais modesto que no caso das mulheres.

Os resultados do modelo apontam para uma relação estreita entre a vida familiar e a vida ativa, especialmente para as mulheres. O efeito da família surge associado essencialmente à presença de filhos: as mulheres têm uma menor probabilidade de serem ativas na presença de filhos mais novos. Simultaneamente, o estado civil não afeta a sua decisão de serem ativas, exceto no caso de serem divorciadas. Como é mais provável ficarem com a guarda dos filhos, será de esperar a relação positiva com a participação no mercado de trabalho.

No caso dos homens, a presença de filhos não diminui a sua atividade e, a existir um efeito, será positivo. Em contrapartida, o seu estado civil é relevante para a decisão de participar no mercado de trabalho.

De destacar ainda a escolaridade e a idade – os seus efeitos são mais acentuados para as mulheres. Estes resultados, em conjunto com a maior proximidade entre as taxas de atividade dos homens e das mulheres no grupo etário dos 25 aos 34 anos (Quadro 11), indicam que o papel da mulher na família se está a alterar, sendo visível nas gerações mais novas.

A prestação de cuidados a outras crianças ou a pessoas dependentes e a decisão de participar na vida ativa

Até que ponto as responsabilidades de cuidar de outras crianças ou de adultos dependentes (Quadro 1) condicionam ou impedem a participação na vida ativa?

Para responder a esta questão, introduziu-se no modelo informação sobre estas responsabilidades (Quadro 16), mantendo as outras variáveis explicativas. Num primeiro passo (Modelo A), considerou-se a prestação de cuidados independentemente do tipo – crianças ou adultos dependentes. Num segundo passo (Modelo B), separou-se pelo tipo de cuidados e introduziu-se uma terceira variável para os casos em que ambos os cuidados (a crianças e a adultos dependentes) foram apontados pelo respondente ao módulo de 2010.

Quando se introduz a variável de prestação de cuidados, independentemente de estes se dirigirem a um menor ou a um dependente, a associação com a participação na vida ativa é negativa para as mulheres (menos 4,2 p.p. na

probabilidade de participação) e não significativa para os homens.

No Modelo B, nas famílias que prestam cuidados a crianças com menos de 15 anos, também se detetam diferenças entre sexos. Os homens não alteram o seu comportamento relativamente à participação na vida ativa, mas as mulheres reduzem a probabilidade de participação em 4,3 p.p.. Quando os cuidados são a dependentes com 15 anos ou mais, a probabilidade de participação diminui para ambos os sexos, mas é maior para as mulheres (5,2 p.p.) do que para os homens (2,4 p.p.). Nas famílias que prestam cuidados em ambas as situações, o efeito dessa simultaneidade aumenta a probabilidade de participação (2,9 p.p. para os homens e 7,2 p.p. para as mulheres), contrariando os efeitos negativos encontrados para cada uma das situações em separado. Este efeito acumula com os anteriores. Aparentemente, quando as famílias têm mais responsabilidades na prestação de cuidados, o efeito negativo na participação na vida ativa é atenuado. A necessidade de fontes de financiamento adicionais pode ser a razão para esta relação.

Utilização de serviços de acolhimento para o filho mais novo e a decisão de participar na vida ativa

No módulo de 2010, as pessoas foram inquiridas quanto à utilização de serviços de acolhimento para o filho mais novo com menos de 15 anos de idade (Quadros 2 e 3). Note-se que é excluída a escola de carácter obrigatório, assim como os clubes desportivos ou práticas desportivas, cursos de línguas ou outras atividades de aprendizagem. Esta variável foi introduzida no modelo de probabilidade, mantendo as restantes variáveis explicativas. O Quadro 17 apresenta apenas o resultado para a variável de interesse. As pessoas incluídas na estimação representam uma subpopulação, dado que a pergunta foi dirigida somente às que tinham pelo menos um filho (do próprio ou do cônjuge ou companheiro) com menos de 15 anos.

A estimação do modelo indica que existe uma associação positiva entre a utilização de instituições de acolhimento e a participação na vida ativa. A variação na probabilidade de participação na vida ativa é maior no caso das mulheres (12,2 p.p.) do que no caso dos homens (1,0 p.p.). Ou seja, a necessidade de recorrer a estes serviços é maior quando se trata da decisão das mulheres de passar à atividade.¹⁴

¹⁴ O efeito pode ser visto na direção contrária: quando a mulher (ou o homem) é ativa(o), qual a probabilidade de recorrer a serviços de acolhimento. Assim, estimou-se um modelo semelhante ao apresentado no Quadro 17, mas para explicar a probabilidade de recorrer a serviços de acolhimento e tendo como uma das variáveis explicativas a participação na vida ativa, mantendo todas as restantes variáveis. O efeito reverso assim estimado indica que quando a mulher participa na vida ativa, a probabilidade de recorrer a um serviço de acolhimento para o filho mais novo (com menos de 15 anos) aumenta em 30,5 p.p. (17,0 p.p. no caso dos homens).

5. Conclusões

A análise conduzida neste estudo permite observar que persistem diferenças significativas entre os sexos, apesar das melhorias identificadas entre 2005 e 2010. A mulher continua a ser o membro do agregado familiar que mais dificuldade tem em conciliar a vida familiar com a profissional.

Estudos futuros poderão aprofundar os resultados apresentados. Por exemplo, os modelos estimados não tomaram em consideração as características do cônjuge, no caso das pessoas casadas. A atividade foi definida como a soma do emprego e desemprego, duas condições perante o trabalho claramente diferentes. As responsabilidades familiares podem originar percursos profissionais que afetem a capacidade de encontrar um emprego. O mesmo se pode dizer relativamente à probabilidade de obter um contrato sem termo ou um emprego de acordo com as qualificações da pessoa, em particular no caso das mulheres.

6. Referências

Guerreiro, M., Lourenço, V. e I. Pereira. 2006. *Boas práticas de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar – Manual para as empresas*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

OECD. 2008. *Gender and Sustainable Development – Maximizing the economic, social and environmental role of women*.

Comissão das Comunidades Europeias. 2005. *Comunicação da Comissão: Livro Verde “Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas”*, COM(2005) 94 final.

7. Anexo: Quadros de resultados do módulo 2010

Quadro 1. Indivíduos dos 15 aos 64 anos de idade segundo o sexo, por prestação de cuidados a outras crianças com menos de 15 anos ou a pessoas dependentes com 15 e mais anos de idade

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	7 113,6	3 521,8	3 591,7	100,0	100,0	100,0
A outras crianças com menos de 15 anos	552,1	210,4	341,7	7,8	6,0	9,5
A outras pessoas dependentes com 15 ou mais anos (doentes, incapacitados, idosos)	366,1	123,9	242,1	5,1	3,5	6,7
Ambas as situações	88,9	24,3	64,6	1,2	0,7	1,8
Nenhuma das situações	6 100,9	3 161,8	2 939,1	85,8	89,8	81,8
NS/NR	§	§	§			

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Quadro 2. Indivíduos dos 15 aos 64 anos de idade^(a) segundo o sexo, por utilização de serviços de acolhimento para o filho mais novo com menos de 15 anos de idade e duração semanal de utilização

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	2 110,4	981,0	1 129,4	100,0	100,0	100,0
Até 10 horas semanais	93,3	42,0	51,4	4,4	4,3	4,5
Entre mais de 10 e 20 horas	115,9	55,9	60,0	5,5	5,7	5,3
Entre mais de 20 e 30 horas	148,2	69,8	78,5	7,0	7,1	6,9
Entre mais de 30 e 40 horas	361,9	169,5	192,4	17,1	17,3	17,0
Mais de 40 horas semanais	122,2	58,0	64,1	5,8	5,9	5,7
Não utiliza serviços de acolhimento	1 264,1	583,9	680,2	59,9	59,5	60,2
NS/NR	§	§	§			

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Notas:

(a) Com pelo menos um filho (do próprio ou do cônjuge ou companheiro) com menos de 15 anos pertencente ao agregado.

É excluída a escola de caráter obrigatório.

São excluídos os clubes desportivos/práticas desportivas, cursos de línguas ou outras atividades de aprendizagem.

Considera-se a semana normal, excluindo as férias escolares e as situações extraordinárias.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Quadro 3. Indivíduos empregados dos 15 aos 64 anos de idade^(a) segundo o sexo, por utilização de serviços de acolhimento para o filho mais novo com menos de 15 anos de idade

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	1 707,3	884,0	823,3	100,0	100,0	100,0
Utiliza serviços de acolhimento	744,9	365,1	379,8	43,6	41,3	46,1
Não utiliza serviços de acolhimento	957,6	517,0	440,6	56,1	58,5	53,5
NS/NR	§	§	§			

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Notas:

(a) Com pelo menos um filho (do próprio ou do cônjuge ou companheiro) com menos de 15 anos pertencente ao agregado.

É excluída a escola de caráter obrigatório.

São excluídos os clubes desportivos/práticas desportivas, cursos de línguas ou outras atividades de aprendizagem.

Considera-se a semana normal, excluindo as férias escolares e as situações extraordinárias.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Quadro 4. Indivíduos dos 15 aos 64 anos de idade^(a) segundo o sexo, por razão relacionada com os serviços de acolhimento para não trabalharem ou trabalharem a tempo parcial

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	623,6	167,2	456,5	100,0	100,0	100,0
Devido à falta de serviços de acolhimento para crianças com menos de 15 anos ou para pessoas dependentes com 15 e mais anos adequados às necessidades, possibilidades ou com níveis de qualidade desejados	33,0	§	30,2	5,3	1,7	6,6
Outra razão não relacionada com os serviços de acolhimento	485,6	125,7	359,9	77,9	75,2	78,8
NS/NR	105,0	38,7	66,4	16,8	23,1	14,5

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota:

(a) Empregados a tempo parcial e não empregados que cuidam regularmente de outras crianças com menos de 15 anos ou de pessoas dependentes com 15 e mais anos ou que têm pelo menos um filho (do próprio ou do cônjuge ou companheiro) com menos de 15 anos a residir no agregado.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Quadro 5. Trabalhadores por conta de outrem dos 15 aos 64 anos de idade segundo o sexo, por tipo de horário de trabalho do emprego principal

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	3 831,7	1 967,9	1 863,8	100,0	100,0	100,0
Horário de entrada e saída fixo ou variável, mas determinado pelo empregador	3 409,4	1 730,1	1 679,3	89,0	87,9	90,1
Horário flexível	221,3	129,0	92,3	5,8	6,6	5,0
Número de horas diárias fixo, mas com alguma flexibilidade no horário de entrada e saída	127,4	66,9	60,5	3,3	3,4	3,2
Outro tipo de horário de trabalho	68,9	41,0	27,9	1,8	2,1	1,5
NS/NR	§	§	§			

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota:

A categoria "Outro tipo de horário de trabalho" resulta da agregação das categorias "É o próprio a estabelecer o horário de trabalho" e "Outro tipo de horário", previstas no questionário.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Quadro 6. Trabalhadores por conta de outrem dos 15 aos 64 anos de idade^(a) segundo o sexo, por possibilidade de alterarem o horário de trabalho diário devido a razões familiares

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	3 545,5	1 798,8	1 746,7	100,0	100,0	100,0
Geralmente têm essa possibilidade	1 124,3	558,1	566,2	31,7	31,0	32,4
Raramente têm essa possibilidade	826,2	410,9	415,3	23,3	22,8	23,8
Não têm essa possibilidade	1 577,7	822,4	755,3	44,5	45,7	43,2
NS/NR	17,3	§	9,9	0,5		0,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Notas:

(a) Com horário de trabalho igual a "Horário de entrada e saída fixo", "Horário diário variável, mas determinado pelo empregador", "Número de horas diárias fixo, mas com alguma flexibilidade no horário de entrada e saída", "Outro tipo de horário", "NS/NR".

Uma resposta positiva pressupõe a possibilidade de redução do horário de trabalho diário em pelo menos uma hora, sem recurso a licenças previstas por lei.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Quadro 7. Trabalhadores por conta de outrem dos 15 aos 64 anos de idade segundo o sexo, por possibilidade de se ausentarem do trabalho dias completos devido a razões familiares

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	3 831,7	1 967,9	1 863,8	100,0	100,0	100,0
Geralmente têm essa possibilidade	705,7	365,3	340,5	18,4	18,6	18,3
Raramente têm essa possibilidade	706,9	362,9	344,0	18,4	18,4	18,5
Não têm essa possibilidade	2 397,5	1 228,5	1 169,0	62,6	62,4	62,7
NS/NR	21,5	11,2	10,3	0,6	0,6	0,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota:

Uma resposta positiva pressupõe a possibilidade de ausência ao trabalho sem recurso a dias de férias ou a licenças previstas por lei.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

Quadro 8. Indivíduos dos 15 aos 64 anos de idade^(a) segundo o sexo, por redução do horário de trabalho para cuidarem do filho mais novo com menos de 8 anos de idade

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	1 235,7	602,9	632,8	100,0	100,0	100,0
Sim	106,3	22,8	83,5	8,6	3,8	13,2
Não	1 126,2	578,5	547,7	91,1	96,0	86,5
NS/NR	§	§	§			

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Notas:

(a) Com pelo menos um filho (do próprio ou do cônjuge ou companheiro) com menos de 8 anos de idade a residir no agregado, empregados e não empregados que deixaram o anterior emprego um ano antes ou em data igual ou posterior ao nascimento do filho mais novo.

Uma resposta positiva pressupõe a redução do tempo de trabalho pelo menos durante um mês.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Quadro 9. Indivíduos dos 15 aos 64 anos de idade^(a) segundo o sexo, por término ou interrupção da atividade profissional para cuidar do filho mais novo com menos de 8 anos de idade e duração da ausência

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	1 235,7	602,9	632,8	100,0	100,0	100,0
Sim	124,9	17,1	107,8	10,1	2,8	17,0
Não	1 107,0	585,1	521,9	89,6	97,0	82,5
NS/NR	§	§	§			

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Notas:

(a) Com pelo menos um filho (do próprio ou do cônjuge ou companheiro) com menos de 8 anos de idade a residir no agregado, empregados e não empregados que deixaram o anterior emprego um ano antes ou em data igual ou posterior ao nascimento do filho mais novo.

Uma resposta positiva pressupõe a ausência total ao trabalho pelo menos durante um mês, não contando com a licença de maternidade/paternidade.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Quadro 10. Indivíduos dos 15 aos 64 anos de idade(a) segundo o sexo, por recurso a licença parental a tempo completo para cuidar do filho mais novo com menos de 8 anos de idade e duração da licença parental

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	1 235,7	602,9	632,8	100,0	100,0	100,0
Sim	177,6	25,1	152,5	14,4	4,2	24,1
Nunca estive de licença parental ou a licença foi a tempo parcial ou de duração inferior a um mês	1 055,8	577,2	478,7	85,4	95,7	75,6
NS/NR	§	§	§			

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Notas:

(a) Com pelo menos um filho (do próprio ou do cônjuge ou companheiro) com menos de 8 anos de idade a residir no agregado, empregados e não empregados que deixaram o anterior emprego um ano antes ou em data igual ou posterior ao nascimento do filho mais novo.

A licença parental aqui considerada engloba a licença parental complementar e a licença para assistência a filho.

Uma resposta positiva pressupõe o gozo de licença parental a tempo completo, pelo menos durante um mês.

Siglas e sinais convencionais:

NS/NR: Não sabe/Não responde.

§: Valor com erro de amostragem associado superior a 20%, pelo que não pode ser divulgado.

Quadro 11. Distribuição da população dos 15 aos 64 anos de idade (excluindo os inactivos estudantes) pelas modalidades de resposta das variáveis analisadas, segundo o sexo

Portugal	2º trimestre de 2010	
	Homens	Mulheres
	%	
Participação na vida ativa	87,8	78,2
Escolaridade		
Até ao básico (3º ciclo)	71,6	64,6
Secundário e pós-secundário	16,9	17,4
Superior	11,6	18,0
Idade (anos)	42	42
Filhos (a)		
Sem filhos	48,0	41,6
Filhos com menos de 3 anos	7,5	7,6
Filhos dos 3 aos 5 anos	8,1	8,5
Filhos dos 6 aos 9 anos	11,6	12,5
Filhos dos 10 aos 14 anos	13,7	14,7
Filhos com mais de 14 anos	41,7	48,3
Estado civil		
Solteiro	25,8	18,2
Casado	69,7	72,5
Viuvo	0,8	3,5
Divorciado	3,7	5,8
Região de residência		
Norte	36,3	36,5
Centro	21,8	21,8
Lisboa e Vale do Tejo	25,9	26,8
Alentejo	7,0	6,4
Algarve	4,2	3,9
R. A. dos Açores	2,4	2,3
R. A. da Madeira	2,4	2,4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Nota:

(a) A variável "Filhos", conforme foi definida (sem filhos; com filhos, por grupo etário dos mesmos), permite que um indivíduo possa ser classificado em mais do que uma das categorias apresentadas. Por essa razão, a soma das proporções das várias categorias é superior a 100%.

Quadro 12. Actividade e taxa de actividade da população dos 15 aos 64 anos de idade (excluindo os inactivos estudantes) segundo o sexo, por grupo etário

Portugal	2º trimestre de 2010					
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Milhares de indivíduos			%		
Total	5 261,6	2 748,7	2 512,9	83,0	87,8	78,2
Dos 15 aos 24 anos	426,2	226,7	199,5	89,6	92,9	86,1
Dos 25 aos 34 anos	1 424,8	735,0	689,8	93,7	96,0	91,5
Dos 35 aos 44 anos	1 454,4	749,8	704,5	91,4	94,6	88,2
Dos 45 aos 54 anos	1 260,0	663,8	604,2	85,1	91,2	79,3
Dos 55 aos 64 anos	688,2	373,3	314,8	54,3	62,2	47,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Quadro 13. Distribuição das mulheres dos 15 aos 64 anos de idade (excluindo as inactivas estudantes) segundo o número de filhos (presentes no agregado), por grupo etário da mãe

Portugal	2º trimestre de 2010				
	Número de filhos no alojamento				
	0	1	2	>2	Total
	%				
Grupo etário da mãe					
Total	41,6	31,2	22,6	4,6	100,0
Dos 15 aos 24 anos	87,9	9,1	2,6	0,4	100,0
Dos 25 aos 34 anos	55,1	28,2	13,6	3,0	100,0
Dos 35 aos 44 anos	21,1	32,1	38,9	7,9	100,0
Dos 45 aos 54 anos	24,6	38,1	31,0	6,3	100,0
Dos 55 aos 64 anos	54,1	33,4	10,4	2,0	100,0

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Quadro 14. Distribuição das mulheres dos 15 aos 64 anos de idade (excluindo as inactivas estudantes) segundo o grupo etário dos filhos (presentes no agregado), por grupo etário da mãe

Portugal	2º trimestre de 2010				
	Grupo etário dos filhos				
	0-2 anos	3-5 anos	6-9 anos	10-14 anos	> 14 anos
	%				
Grupo etário da mãe					
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Dos 15 aos 24 anos	8,9	3,8	1,0	-	-
Dos 25 aos 34 anos	64,0	47,2	29,7	16,1	1,2
Dos 35 aos 44 anos	26,9	46,7	60,0	61,7	25,3
Dos 45 aos 54 anos	0,2	2,2	9,1	21,6	46,7
Dos 55 aos 64 anos	-	-	0,2	0,7	26,8

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

Siglas e sinais convencionais:

- Resultado nulo.

Quadro 15. Variação estimada da probabilidade de participar na vida ativa		
Portugal	2º trimestre de 2010	
	Homens	Mulheres
Escolaridade		
Secundário e pós-secundário	0,035***	0,080***
Superior	0,044***	0,145***
Idade		
Idade (anos)	0,011***	0,030***
Idade ² /10	-0,002***	-0,005***
Filhos		
Filhos com menos de 3 anos	-0,011	-0,080***
Filhos dos 3 aos 5 anos	0,044***	-0,045*
Filhos dos 6 aos 9 anos	0,006	-0,033*
Filhos dos 10 aos 14 anos	0,034***	-0,006
Filhos com mais de 14 anos	0,019***	-0,007
Estado civil		
Casado	0,105***	-0,010
Viuvo	0,037***	-0,004
Divorciado	0,022**	0,062***
Região de residência		
Centro	0,027***	0,080***
Lisboa e Vale do Tejo	-0,004	0,024**
Alentejo	0,014**	0,053***
Algarve	0,020***	0,024**
R. A. dos Açores	0,008	-0,127***
R. A. da Madeira	-0,015	0,000
Número de observações	11 026	11 797
População	3 130 741	3 212 094
F statistic	70,4	76,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego. Cálculos dos autores.

Notas:

Efeitos marginais do modelo Logit.

Variável dependente definida como 1 se o indivíduo participa na vida ativa e 0 se não participa.

Todas as variáveis, excepto a idade, são definidas como binárias (0,1). Para as variáveis binárias, o grupo de comparação é constituído, respectivamente, por aqueles indivíduos com o ensino básico, solteiros(as), sem filhos, a residir na região Norte.

Na variáveis *idade* e *idade*², o efeito marginal na probabilidade é medido na média respetiva.

Nas restantes variáveis, o efeito é medido na mudança discreta da variável binária de 0 para 1.

Níveis de significância: * p<0,10; ** p<0,05; *** p<0,01.

Quadro 16. Prestação de cuidados a outras crianças com menos de 15 anos ou a pessoas dependentes com 15 e mais anos de idade - variação estimada da probabilidade de participar na vida ativa

Portugal	2º trimestre de 2010	
	Homens	Mulheres
Modelo A		
Prestação de cuidados	-0,011	-0,042***
Número de observações	11 022	11 788
População	3 129 299	3 207 881
<i>F statistic</i>	66,9	72,5
Modelo B		
Prestação de cuidados:		
A outras crianças com menos de 15 anos	-0,005	-0,043***
A outras pessoas dependentes com 15 ou mais anos (doentes, incapacitados, idosos)	-0,024*	-0,052***
Ambas as situações	0,029**	0,072***
Número de observações	11 022	11 788
População	3 129 299	3 207 881
<i>F statistic</i>	60,6	65,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego. Cálculos dos autores.

Notas:

Efeitos marginais do modelo Logit.

Ambos os modelos incluem como variáveis explicativas as indicadas no Quadro 15.

Variável dependente definida como 1 se o indivíduo participa na vida ativa e 0 se não participa.

O efeito marginal na probabilidade é medido na mudança discreta da variável binária de 0 para 1.

Níveis de significância: * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

Quadro 17. Utilização de serviços de acolhimento para o filho mais novo com menos de 15 anos de idade - variação estimada da probabilidade de participar na vida ativa^(a)

Portugal	2º trimestre de 2010	
	Homens	Mulheres
Utiliza serviços de acolhimento	0,010***	0,122***
Número de observações	3 014	3 463
População	975 754	1 110 188
<i>F statistic</i>	10,4	14,5

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego. Cálculos dos autores.

Notas:

(a) Com pelo menos um filho (do próprio ou do cônjuge ou companheiro) com menos de 15 anos pertencente ao agregado (ver Quadro 2).

Efeitos marginais do modelo Logit.

O modelo inclui como variáveis explicativas as indicadas no Quadro 15.

Variável dependente definida como 1 se o indivíduo participa na vida ativa e 0 se não participa.

O efeito marginal na probabilidade é medido na mudança discreta da variável binária de 0 para 1.

Níveis de significância: * $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

7. LISTA DOS “TEMA EM ANÁLISE” JÁ PUBLICADOS NAS ESTATÍSTICAS DO EMPREGO

1º trimestre 2006	O Inquérito ao Emprego: o que é e para que serve? Maria José Correia e Francisco Lima
2º trimestre 2006	A avaliação do desemprego pelo Inquérito ao Emprego Maria José Correia e Francisco Lima
3º trimestre 2006	Medidas alternativas à taxa de desemprego oficial: a consideração dos inativos desencorajados e do subemprego visível Sónia Torres
4º trimestre 2006	Fluxos trimestrais de indivíduos entre estados no mercado de trabalho Sónia Torres
1º trimestre 2007	Os módulos <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego. Principais resultados do módulo <i>ad hoc</i> de 2005 – Conciliação da vida profissional com a vida familiar Sónia Torres
2º trimestre 2007	A medida dos salários a partir do Inquérito ao Emprego Sónia Torres
3º trimestre 2007	A operacionalização dos conceitos Empregado e Desempregado no Inquérito ao Emprego Maria José Correia e Ana Neves
4º trimestre 2007	População empregada e desempregada por nível de escolaridade – breve análise descritiva Sónia Torres
1º trimestre 2008	A nova Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE-Rev. 3) no Inquérito ao Emprego Maria José Correia e Arminda Brites
2º trimestre 2008	Taxas de desemprego mensais – Estimativas para Portugal Sónia Torres
3º trimestre 2008	As horas trabalhadas em Portugal – Análise de 1998 a 2007 Sónia Torres
4º trimestre 2008	O emprego de pessoas com deficiência – uma breve análise do módulo <i>ad hoc</i> de 2002 Francisco Lima e José Francisco António
1º trimestre 2009	Transição do trabalho para a reforma – Módulo <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego de 2006 Sónia Torres
2º trimestre 2009	Os Indicadores Estruturais e o Inquérito ao Emprego Sónia Torres
3º trimestre 2009	A história das estatísticas do trabalho em Portugal – O papel do Inquérito ao Emprego Sónia Torres
4º trimestre 2009	Situação dos migrantes e seus descendentes diretos no mercado de trabalho – Módulo <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego de 2008 Graça Magalhães
1º trimestre 2010	A relação entre o nível de escolaridade e o mercado de trabalho em 2009 Francisco Lima

2º trimestre 2010	Transição escola – mercado de trabalho: duração da procura do 1º emprego Francisco Lima e Susana Neves
4º trimestre 2010	Taxas de desemprego mensais – Estimativas para Portugal – Parte II Sónia Torres
1º trimestre 2011	Medida do impacto da alteração no modo de recolha da informação no Inquérito ao Emprego no 1º trimestre de 2011 Instituto Nacional de Estatística
2º trimestre de 2011	Acidentes de trabalho e problemas de saúde relacionados com o trabalho (ATPS 2007) – Módulo <i>ad hoc</i> do Inquérito ao Emprego de 2007 Eduarda Góis, Cristina Gonçalves e Maria dos Anjos Campos